

**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**  
**REPERCUSSÃO GERAL**

Em cumprimento à Resolução nº 235/2016 do CNJ encaminho o relatório trimestral de quantitativo de processos sobrestados, baixados ou enviados para retratação correspondentes a cada tema, com ou sem repercussão geral, nos termos dos artigos 1029 e seguintes do CPC.

Nº Tema	Processo	Tema	Sobrestados	Baixados	Retratação
1	RE 559937	Base de cálculo do PIS e da COFINS sobre a importação.	0	0	0
2	RE 560626	Reserva de lei complementar para a suspensão da contagem do prazo prescricional para causas de pequeno valor.	0	0	0
3	RE 559943	Prazo prescricional para a cobrança de contribuições sociais devidas à Seguridade Social.	3	0	0
4	RE 566621	Termo a quo do prazo prescricional da ação de repetição de indébito relativa a tributos sujeitos a lançamento por homologação e pagos antecipadamente.	0	2	0
5	RE 561836	Compensação da diferença de 11,98%, resultante da conversão em URV dos valores em cruzeiros reais, com o reajuste ocorrido na data-base subsequente.	13.180	1.118	20
6	RE 566471	Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.	3.977	3	0
7	RE 556385	Redução, de ofício, de multa fixada em sentença, no caso de descumprimento de obrigação de fazer.	0	44	0
8	RE 564413	Imunidade do lucro da exportação à CSLL após a Emenda Constitucional nº 33/2001.	0	0	0
9	RE 565138	Indenização por danos morais e materiais decorrentes de manipulação de resultados de partidas de futebol.	0	0	0
10	RE 565506	Vício de iniciativa de projeto de lei que tornou obrigatória a instalação de semáforo com dispositivo de acionamento pelos próprios pedestres.	0	0	0
11	RE 565653	Prazo para pagamento de parcelas em dinheiro fixadas por sentença que julgou processo de desapropriação.	0	0	0
12	RE 566198	a) Competência exclusiva dos Municípios para decretar desapropriação por interesse público com vistas à construção ou ampliação de distritos industriais; b) Existência de desvio de finalidade na expedição de decreto expropriatório.	0	0	0
13	RE 562276	Responsabilidade solidária dos sócios das empresas por quotas de responsabilidade limitada por dívidas junto à Seguridade Social.	1	0	0
14	RE 568657	Exigibilidade de cobrança amigável prévia ao ajuizamento da execução fiscal, prevista em Código Tributário Municipal.	0	0	0
15	RE 570177	Direito de praça à remuneração não inferior a um salário-mínimo.	0	0	0
16	RE 643247	Cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio.	1.400	0	0
17	RE 571572	a) Possibilidade de cobrança de ligações sem discriminação dos pulsos além da franquia; b) Justiça competente para dirimir controvérsias acerca da possibilidade de cobrança de ligações sem discriminação dos pulsos além da franquia.	0	2	0
18	RE 564132	Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de honorários advocatícios.	18	140	6
19	RE 565089	Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos.	4.377	12	0
20	RE 565160	Alcance da expressão “folha de salários”, para fins de instituição de contribuição social sobre o total das remunerações.	0	0	0
21	RE 562045	Fixação de alíquota progressiva para o imposto sobre transmissão causa mortis e doação.	0	2	0
22	RE 560900	Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal.	8	0	0
23	RE 562581	Equiparação remuneratória entre procuradores autárquicos e procuradores estaduais.	0	9	0
24	RE 563708	Base de cálculo do adicional por tempo de serviço de servidor público admitido antes da Emenda Constitucional nº 19/98.	0	69	0

25	RE 565714	Vinculação do adicional de insalubridade ao salário mínimo.	0	189	12
26	RE 567110	Concessão de aposentadoria especial a policiais civis nos termos da Lei Complementar nº 51/95.	1	382	4
27	RE 567985	Meios de comprovação do estado miserabilidade do idoso para fins de percepção de benefício de assistência continuada.	0	0	0
28	RE 614819	Fracionamento da execução com expedição de precatório para pagamento de parte incontroversa da condenação.	160	0	0
29	RE 570392	Vício de iniciativa de lei municipal, proposta pelo Poder Legislativo local, que veda a contratação de parentes de 1º e 2º graus do Prefeito e Vice-Prefeito para ocuparem cargos comissionados.	1	7	1
30	RE 570908	Direito de servidor comissionado exonerado receber férias não gozadas acrescidas de um terço.	0	6	2
31	RE 565048	Exigência de garantia real ou fidejussória para impressão de documentos fiscais de contribuintes inadimplentes.	1	12	0
32	RE 566622	Reserva de lei complementar para instituir requisitos à concessão de imunidade tributária às entidades benfeitoras de assistência social.	37	0	0
33	RE 592377	Relevância e urgência da medida provisória nº 2.170-36/2001 que disciplina a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.	98	1.668	121
34	RE 570122	Ampliação da base de cálculo e majoração da alíquota da COFINS pela Lei nº 10.833/2003, resultante da conversão da Medida Provisória nº 135/2003.	0	0	0
35	RE 567454	a) Tarifa básica de assinatura do serviço de telefonia fixa. b) Competência para processar e julgar ação em que se discute a legalidade da cobrança da tarifa básica de assinatura do serviço de telefonia fixa.	0	217	0
36	RE 569056	Competência da Justiça do Trabalho para execução de contribuições previdenciárias.	0	0	0
37	RE 570690	Responsabilidade objetiva do Estado por indenização referente a danos morais decorrentes de emissão de números idênticos de CPF para pessoas distintas, que implicou indevida inscrição em cadastro restritivo de crédito.	0	0	0
39	RE 565713	Extensão aos professores inativos da rede pública de ensino do Estado de São Paulo dos benefícios denominados “bônus” e “bônus mérito” concedidos aos professores em atividade.	0	6	0
40	RE 500171	Cobrança de taxa de matrícula em universidades públicas.	0	0	0
41	RE 563965	Direito adquirido à forma de cálculo de parcelas incorporadas à remuneração.	0	38	0
42	RE 572762	Retenção de parcela do produto da arrecadação do ICMS, pertencente aos Municípios, em razão da concessão de incentivos fiscais pelo Estado-membro.	0	0	0
43	RE 573202	Competência para julgar reclamações de empregados temporários submetidos a regime especial disciplinado em lei local editada antes da Constituição de 1988.	0	0	0
44	RE 573675	Constitucionalidade da instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.	5	637	59
45	RE 573872	Possibilidade de execução provisória de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública.	206	0	0
46	RE 576189	Cobrança do Encargo de Capacidade Emergencial criado pela Lei nº 10.438/2002.	0	0	0
47	RE 576920	Natureza do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas Estaduais em relação a atos administrativos dos Municípios.	2	0	0
48	RE 577025	Reserva legal para a criação de cargos e reestruturação de órgão.	0	0	0
49	RE 562980	Creditamento de IPI sobre aquisição de insumos ou produtos intermediários aplicados na fabricação de produtos finais sujeitos à alíquota zero ou isentos, em período anterior à Lei nº 9.779/99.	0	0	0
50	RE 575144	Possibilidade de substituir-se a formalização de acordão fundamentado por certidão a qual contenha o resultado de julgamento.	0	0	0

51	RE 566032	Cobrança da alíquota de 0,38% da CPMF nos noventa dias posteriores à publicação da Emenda Constitucional nº 42/2003.	0	0	0
52	RE 566259	Incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF sobre as receitas oriundas de exportação.	0	0	0
53	RE 570680	Competência para alterar alíquotas do Imposto de Exportação.	0	0	0
54	RE 572884	Extensão aos inativos e pensionistas da GDACT em seu grau máximo.	0	0	0
55	RE 573540	Reserva de lei complementar estadual de contribuição compulsória para custeio de assistência médica-hospitalar.	13	183	5
56	RE 576155	Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em que se questiona acordo firmado entre o contribuinte e o Poder Público para pagamento de dívida tributária.	0	0	0
57	RE 601580	Possibilidade de servidor público militar transferido ingressar em universidade pública, na falta de universidade privada congênere à de origem.	21	0	0
58	RE 592619	Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de custas processuais de forma autônoma em relação ao crédito principal.	0	0	0
59	RE 579167	Progressão de regime em crimes hediondos cometidos antes da vigência da Lei nº 11.464/2007.	0	0	2
60	RE 466343	Possibilidade de prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.	0	6	3
61	RE 568596	Eleibilidade de ex-cônjuge de ocupante de cargo político quando a dissolução da sociedade conjugal se dá durante o exercício do mandato.	0	0	0
62	RE 570532	Aplicabilidade do prazo prescricional do art. 7º, XXIX, da Constituição Federal (na redação dada pela Emenda Constitucional nº 28/2000) às ações trabalhistas ajuizadas por trabalhadores rurais cujos contratos de trabalho estavam vigentes à época da publicação da referida Emenda.	0	0	0
63	RE 561485	Termo final de vigência do crédito-prêmio do IPI instituído pelo Decreto-lei nº 491/69.	0	0	0
64	RE 577494	Diferença de tratamento entre empresas públicas e sociedades de economia mista, que exploram atividade econômica, e empresas privadas, no que tange às contribuições para o PIS/PASEP.	0	0	0
65	RE 579720	Acumulação por militar de dois cargos públicos: um de natureza militar e outro de professor.	0	5	0
66	RE 579951	Reserva de lei para a vedação de nepotismo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo.	0	1	0
67	RE 572052	Extensão aos inativos da GDASST em 60 pontos a partir da Medida Provisória nº 198/94, convertida na Lei nº 10.971/2004.	0	0	0
68	RE 573181	Validade de contrato de adesão, firmado entre distribuidora e revendedora de combustíveis, que confere exclusividade de fornecimento de produtos derivados de petróleo.	0	1	0
69	RE 574706	Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.	0	0	0
70	RE 575089	Possibilidade de conjugar vantagens de dois regimes previdenciários distintos para cálculo do benefício de aposentadoria.	0	0	0
71	RE 377457	a) Exigência de reserva de plenário para as situações de não-aplicação do art. 56 da Lei nº 9.430/96, que revogou a isenção da COFINS para as sociedades prestadoras de serviços. b) Necessidade de lei complementar para a revogação da isenção da COFINS para as sociedades prestadoras de serviços.	0	0	0
72	RE 576967	Inclusão do salário-maternidade na base de cálculo da Contribuição Previdenciária incidente sobre a remuneração.	0	0	0
73	RE 578657	Direito de servidor à diferença de remuneração em virtude de desvio de função.	1	142	0
74	RE 579648	Competência para julgamento de ação de interdito proibitório cuja causa de pedir decorre de movimento grevista.	0	6	14

75	RE 582525	Dedução da CSLL na apuração da sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ.	0	0	0
76	RE 564354	Teto da renda mensal dos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à vigência das Emendas Constitucionais nos 20/98 e 41/2003.	2	11	2
77	RE 576847	Cabimento do mandado de segurança contra decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei nº 9.099/95.	1	16	0
78	RE 561994	Observância de simetria federativa por decisão do Tribunal de Justiça que declarou a inconstitucionalidade de Emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal.	0	0	0
79	RE 565886	a) Reserva de lei complementar para instituir PIS e COFINS sobre a importação. b) Aplicação retroativa da Lei nº 10.865/2004.	0	0	0
80	RE 592145	Majoração da alíquota do IPI para o açúcar.	0	0	0
81	RE 576336	Estorno na remuneração de auditores fiscais do Estado de Rondônia com base no subsídio do Governador.	0	0	0
82	RE 573232	Possibilidade de execução de título judicial, decorrente de ação ordinária coletiva ajuizada por entidade associativa, por aqueles que não conferiram autorização individual à associação, não obstante haja previsão genérica de representação dos associados em cláusula do estatuto.	6	23	7
83	RE 584186	Responsabilidade civil do Estado por indenização em virtude de demora excessiva e injustificada na apreciação do pedido de aposentadoria de servidor público.	0	4	0
84	RE 567935	Exclusão do valor dos descontos incondicionais da base de cálculo do IPI.	0	0	0
85	RE 559994	Delegação ao Ministro da Fazenda da competência para instituir taxa destinada ao resarcimento de custos de selo de controle do IPI.	0	0	0
86	RE 584573	Direito adquirido à validação automática de diploma de curso superior obtido no exterior.	0	0	0
87	RE 586482	Exigibilidade do PIS e da COFINS sobre os valores das vendas a prazo inadimplidas.	0	0	0
88	RE 583834	Aplicação do art. 29 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.876/99, a benefícios concedidos antes da respectiva vigência.	0	23	0
89	RE 587365	Renda a ser usada como parâmetro para a concessão do auxílio-reclusão.	0	0	0
90	RE 583955	Competência para processar e julgar a execução de créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial.	0	2	0
91	RE 584100	Aplicação do prazo nonagesimal previsto no art. 150, III, c, da Constituição Federal relativamente à Lei paulista nº 11.813/2004.	2	10	0
92	RE 585535	Vinculação de receita proveniente de majoração de alíquota do ICMS pela Lei paulista nº 9.903/97.	1	87	1
93	RE 580108	Exigência de reserva de plenário para as situações de não-aplicabilidade do art. 4º da Lei Complementar nº 118/2005 às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.	1	4	1
94	RE 586693	Exigência de reserva de plenário para as situações em que a Emenda Constitucional nº 29/2000 deixa de ser aplicada em face da incidência da versão primitiva da norma constitucional por ela modificada.	4	263	6
95	RE 527602	Majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3% pela Lei nº 9.718/98.	0	19	0
96	RE 579431	Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório.	4.460	0	0
98	RE 582650	Auto-aplicabilidade do art. 192, § 3º, da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional nº 40/2003.	0	71	5
99	RE 585740	Extensão da forma de cálculo da COFINS e do PIS, fixada para as empresas que realizam a comercialização de veículos usados, para as pessoas jurídicas que atuam no ramo industrial.	0	0	0

100	RE 586068	a) Aplicação do art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no âmbito dos Juizados Especiais Federais. b) Possibilidade de desconstituição de decisão judicial de processo com trânsito em julgado fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional.	4	0	0
101	RE 591068	Validade e eficácia de acordo constante do termo de adesão instituído pela Lei Complementar nº 110/2001.	0	0	0
102	RE 583712	Incidência do IOF sobre transmissão de ações de companhias abertas.	0	0	0
103	RE 589490	Exigência da comprovação de insuficiência econômico-financeira para a concessão de assistência judiciária gratuita a pessoas jurídicas.	0	309	0
104	RE 590186	Incidência de IOF em contratos de mútuo em que não participam instituições financeiras.	0	0	0
105	RE 586166	Direito de servidor público federal cedido a Município, nos termos da Lei nº 8.270/91, receber gratificação instituída por lei municipal.	0	0	0
106	RE 590880	a) Competência para, após o advento da Lei nº 8.112/90, julgar os efeitos de decisão anteriormente proferida pela Justiça do Trabalho. b) Extensão do reajuste de 84,32%, relativo ao IPC do mês de março de 1990 (Plano Collor), concedido pela Justiça Federal em decisão transitada em julgado, a outros servidores.	4	0	0
107	RE 587008	Majoração da alíquota da CSLL pela Emenda Constitucional nº 10/96.	0	0	0
108	RE 578635	Exigibilidade de contribuição social, destinada ao INCRA, das empresas urbanas.	0	0	0
109	RE 591033	Adoção pelo Poder Judiciário de critérios normativos estaduais como fundamento para extinguir ações de execução fiscal ajuizadas pelo Município.	0	2	0
110	RE 585235	Ampliação da base de cálculo da COFINS	0	0	0
111	RE 566349	Aplicabilidade imediata do art. 78, § 2º, do ADCT para fins de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar.	2.017	0	0
112	RE 587982	Conversão de precatórios expedidos antes da Emenda Constitucional nº 37/2002 em requisições de pequeno valor.	73	0	0
113	RE 583523	Revogação do art. 25 da Lei de Contravenções Penais pela Constituição Federal.	0	0	0
114	RE 453000	Agravamento da pena por reincidência.	0	82	0
115	RE 580264	Aplicação da imunidade tributária recíproca às sociedades de economia mista que prestam serviços de saúde exclusivamente pelo SUS.	0	1	0
116	RE 581160	Direito a honorários advocatícios nas ações que visam obter expurgos inflacionários de FGTS.	0	0	0
117	RE 591340	Limitação do direito de compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e da base de cálculo negativa da CSLL.	0	0	0
118	RE 592616	Inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS.	0	0	0
119	RE 592658	Acumulação por militar de dois cargos públicos na área de saúde.	0	3	0
120	RE 571184	Contribuições sociais criadas para o pagamento dos expurgos inflacionários das contas vinculadas ao FGTS.	0	0	0
121	RE 600885	Reserva legal para fixação de limite de idade para ingresso nas Forças Armadas.	0	6	0
122	RE 575526	Direito de servidor, que teve regime jurídico alterado de celetista para estatutário, à contagem como tempo de serviço em dobro, o período correspondente à licença especial não-gozada.	0	4	0
123	ARE 652492	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados.	652	1	0
124	RE 854274	Cabimento de recurso especial eleitoral contra decisão administrativa sobre prestação de contas de campanhas eleitorais.	0	0	0
125	RE 592905	Incidência do ISS sobre operações de arrendamento mercantil.	0	34	3
127	RE 576121	Limitação temporal dos efeitos da condenação ao reajuste salarial de 84,32% aos servidores do Distrito Federal.	0	0	0
128	RE 590409	Competência para dirimir conflito de competência entre Juizado Especial e Juízo Federal de primeiro grau de uma mesma Seção Judiciária.	0	0	0

129	RE 591054	Consideração de ações penais em curso como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.	0	3	8
130	RE 591874	Responsabilidade objetiva do Estado em caso de responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público em relação a terceiros não-usuários do serviço.	0	66	3
131	RE 589998	Despedida imotivada de empregados de Empresa Pública.	0	0	0
132	RE 590751	Incidência de juros moratórios e compensatórios durante o período de parcelamento previsto no art. 78 do ADCT.	19	641	26
133	RE 592211	Alíquota do Imposto de Renda de Pessoa Física aplicável aos valores recebidos em atraso e de forma acumulada pelo beneficiário, por culpa exclusiva da autarquia federal.	0	0	0
134	RE 592730	Direito a honorários advocatícios quando a Defensoria Pública Estadual representa vencedor em demanda ajuizada contra o Estado ao qual é vinculada.	1	12	0
135	RE 594116	Exigibilidade do porte de remessa e retorno de autos de autarquia federal no âmbito da Justiça Estadual.	3.499	43	0
136	RE 590809	a) Cabimento de ação rescisória que visa desconstituir julgado com base em nova orientação da Corte; b) Creditamento de IPI pela aquisição de insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero.	0	0	0
137	RE 590871	Prazo para oposição de embargos à execução contra a Fazenda Pública.	2	0	0
138	RE 594296	Anulação de ato administrativo pela Administração, com reflexo em interesses individuais, sem a instauração de procedimento administrativo.	10	50	0
139	RE 590260	Extensão da Gratificação por Atividade de Magistério aos servidores inativos que ingressaram no serviço público até a publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003.	0	95	3
140	RE 593388	Extensão da Gratificação de Atividade Institucional Autônoma – GAIA, concedida aos Procuradores do Estado de Minas Gerais, aos Procuradores da Fazenda Estadual, referente a período anterior à unificação das carreiras.	0	0	0
141	RE 572921	Cálculo de vantagens pessoais incidentes sobre o abono garantidor da percepção de um salário-mínimo.	0	0	0
142	RE 582019	Pagamento a servidor público de salário-base inferior ao mínimo constitucional.	0	22	0
143	RE 584536	Cancelamento de descontos em folha de pagamento por posterior desinteresse do mutuário no seu prosseguimento.	0	21	0
144	RE 584608	a) Termo inicial da prescrição para ação de cobrança da diferença decorrente da incidência dos expurgos inflacionários reconhecidos pela Lei Complementar nº 110/2001 na multa de 40% sobre os depósitos do FGTS; b) Responsabilidade do empregador pelo pagamento dessa diferença.	0	0	0
145	RE 586224	a) Competência do Município para legislar sobre meio ambiente; b) Competência dos Tribunais de Justiça para exercer controle de constitucionalidade de norma municipal em face da Constituição Federal.	3	20	3
146	RE 576321	a) Cobrança de taxa em razão de serviços públicos de limpeza; b) Adoção de um ou mais elementos que compõem a base de cálculo própria de imposto para apuração do valor de taxa.	6	1.218	27
147	RE 591085	Incidência de juros de mora durante o prazo previsto na Constituição Federal para o pagamento de precatório.	5	66	10
148	RE 568645	Individualização de créditos de litisconsortes para efeito de fracionamento do valor principal da execução contra a Fazenda Pública.	23	952	17
149	RE 594435	Competência para processar e julgar causa que envolve contribuição previdenciária instituída pelo Estado membro incidente sobre complementação de proventos e de pensões por ele paga.	16	0	0
150	RE 593818	Consideração de condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base.	3	0	0
151	RE 583747	Decretação de ofício da prescrição de crédito tributário sem a manifestação da Fazenda Pública.	0	91	0
152	RE 590415	Renúncia genérica a direitos mediante adesão a plano de demissão voluntária.	0	0	0

153	RE 597154	Extensão, em relação aos servidores inativos, dos critérios de cálculo da GDATA e da GDASST estabelecidos para os servidores em atividade.	0	0	0
154	RE 593443	Trancamento da ação penal, em habeas corpus, por falta de justa causa, sem a submissão de acusados de crime doloso contra a vida ao Tribunal do Júri.	0	0	0
155	RE 601234	Progressividade do IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000.	2	178	1
156	RE 596962	Extensão da verba de incentivo de aprimoramento à docência prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 159/2004 do Estado de Mato Grosso a professores inativos.	0	8	0
157	RE 729744	Competência exclusiva da Câmara Municipal para o julgamento das contas de Prefeito.	4	0	0
158	RE 597270	Fixação de pena aquém do mínimo legal, em face da incidência de circunstância genérica atenuante.	0	31	3
159	RE 586789	Competência para processar e julgar mandado de segurança contra decisão de juiz federal no exercício de jurisdição de juizado especial federal.	0	0	0
160	RE 596701	Contribuição previdenciária sobre pensões e proventos e militares inativos entre a Emenda Constitucional nº 20/98 e a Emenda Constitucional nº 41/2003.	61	0	0
161	RE 598099	Nomeação de candidato classificado entre as vagas previstas no edital de concurso público.	2	180	16
162	RE 584388	Acumulação de pensões por morte, no caso de o servidor aposentado ter reingressado no serviço público, por meio de concurso, antes da edição da Emenda Constitucional nº 20/98, e ter falecido em data posterior ao seu advento.	0	0	0
163	RE 593068	Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.	343	0	0
164	RE 593919	Contribuição social, a cargo das cooperativas de trabalho, sobre as importâncias pagas, distribuídas ou creditadas aos seus cooperados, a título de remuneração por serviços prestados a pessoas jurídicas por intermédio delas.	0	0	0
165	RE 597389	Revisão da pensão por morte concedida antes do advento da Lei nº 9.032/95.	0	0	0
166	RE 595838	Contribuição, a cargo da empresa, incidente sobre 15% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços desenvolvidos por cooperativas.	0	0	0
167	RE 595107	Cálculo dos índices de correção monetária quando da implantação do Plano Real.	1	0	0
168	RE 592396	Aplicação de lei que majorou alíquota do imposto de renda sobre fatos ocorridos no mesmo ano em que publicada, para pagamento do tributo com relação ao exercício seguinte.	0	0	0
169	RE 600817	Aplicação retroativa do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 sobre pena combinada com base na Lei nº 6.368/76.	0	3	0
170	RE 597133	Julgamento proferido por órgão fracionário de tribunal composto majoritariamente por juízes convocados.	1	15	0
171	RE 439796	Incidência de ICMS na importação de equipamento médico por sociedade civil não contribuinte do referido imposto.	16	296	5
172	RE 597994	Reeleição de membro do Ministério Público para o exercício de atividade político-partidária após a Emenda Constitucional nº 45/2004.	0	0	0
173	RE 587970	Concessão de benefício assistencial a estrangeiros residentes no Brasil.	0	0	0
174	RE 582504	Índice de correção monetária incidente sobre verba a ser restituída a associados que se desligam de plano de previdência privada.	1	15	0
175	RE 592321	Modulação dos efeitos de declaração incidental de inconstitucionalidade de lei municipal que instituiu a cobrança de IPTU com alíquotas progressivas, TIP e TLL.	0	0	0
176	RE 593824	Inclusão dos valores pagos a título de "demanda contratada" na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.	270	0	0
177	RE 598085	Revogação, por medida provisória, da isenção da contribuição para o PIS e para a COFINS concedida às sociedades cooperativas.	0	0	0

178	AI 729263	Cálculo da quantidade de ações em que dividido o capital subscrito em uma sociedade anônima, referente aos contratos de participação financeira e subscrição de ações de telefonia, com complementação dos títulos acionários.	0	1	0
179	RE 587108	Compensação de créditos calculados com base nos valores dos bens e mercadorias em estoque, no momento da transição da sistemática cumulativa para a não-cumulativa da contribuição para o PIS e da COFINS.	0	0	0
180	RE 588944	Restituição de valores descontados da remuneração de servidores públicos estaduais mediante aplicação de redutor salarial.	0	0	0
181	RE 598365	Pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais.	1	466	4
182	AI 742460	Valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante.	0	108	0
183	AI 747522	Aplicação do princípio da insignificância a crime de posse de substância entorpecente para uso próprio.	0	5	0
184	RE 593727	Poder de investigação do Ministério Público.	2	6	2
185	RE 596286	Incidência do imposto de renda sobre os resultados financeiros verificados na liquidação de contratos de swap para fins de hedge.	0	0	0
186	RE 599903	Fixação de honorários advocatícios em execução de sentença proferida em ação coletiva não-embargada pela Fazenda Pública.	0	3	0
187	RE 795567	Imposição de efeitos próprios de sentença penal condenatória à transação penal prevista na Lei nº 9.099/95.	0	0	0
188	AI 759421	Declaração de hipossuficiência para obtenção de gratuidade de justiça.	0	671	0
189	RE 584737	Pensão decorrente de morte de servidor que, apesar de contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, faleceu após o advento da Lei nº 8.112/90.	0	0	0
190	RE 586453	Competência para processar e julgar causas que envolvam complementação de aposentadoria por entidades de previdência privada.	10	559	135
191	RE 596478	Recolhimento de FGTS na contratação de servidor público sem a prévia aprovação em concurso público.	0	0	0
192	RE 601384	Concessão de liberdade provisória a preso em flagrante pela prática de crimes hediondos e equiparados.	0	0	0
193	AI 731954	Incorporação a contrato individual de trabalho de cláusulas normativas pactuadas em acordos coletivos.	0	0	0
194	AI 743681	Reajuste da vantagem pecuniária denominada "indenização de campo" no mesmo percentual pago a título de reajuste de diárias.	0	0	0
195	AI 743833	Publicação de editais de notificação do lançamento da contribuição sindical rural por órgão da imprensa oficial.	0	0	0
196	AI 751763	Responsabilidade subsidiária de tomador de serviços, em decorrência do não-pagamento de verbas trabalhistas devidas.	0	0	0
197	AI 752633	Cobrança de contribuição assistencial, instituída por assembleia, de trabalhadores não filiados a sindicato, bem como a aplicação de multa em julgamento de embargos de declaração tidos por protelatórios.	0	11	0
198	AI 758019	Prazo prescricional relativo às atualizações monetárias de contas fundiárias do PIS/PASEP.	0	0	0
199	AI 764703	Incidência de descontos previdenciários sobre vencimentos de servidor que se afastou regularmente do serviço, após haver formulado pedido de sua aposentadoria.	0	0	0
200	RE 579073	Critério de reajuste de saldo devedor de contrato de mútuo firmado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação para posterior amortização.	0	54	0
201	RE 593849	Restituição da diferença de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária.	919	0	0
202	RE 596177	Cobrança de contribuição a ser recolhida pelo empregador rural pessoa física sobre receita bruta proveniente da comercialização de sua produção.	0	0	0

203	RE 597285	Sistema de reserva de vagas, como forma de ação afirmativa de inclusão social, estabelecido por universidade.	0	0	0
204	RE 598572	Contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários de instituições financeiras instituída pela Lei nº 8.212/91.	0	0	0
205	AI 754008	Requisitos para a concessão de progressão de regime à luz da nova redação dada ao art. 112 da Lei de Execução Penal pela Lei nº 10.792/2003.	0	0	0
206	RE 597673	Garantia de resarcimento aos cartórios de ofícios únicos pelos atos executados gratuitamente.	0	0	0
207	RE 598468	Reconhecimento a contribuinte optante pelo SIMPLES das imunidades tributárias previstas nos artigos 149, § 2º, I e 153, § 3º, III, da Constituição Federal.	0	0	0
208	RE 601220	Competência jurisdicional para processar e julgar ação de reparação de danos causados por crítica veiculada pela internet.	3	0	0
209	RE 628122	Imunidade tributária de livros, jornais e periódicos do FINSOCIAL.	0	0	0
210	RE 636331	Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia.	120	1	0
211	RE 648245	Necessidade de lei em sentido formal para a atualização do valor venal de imóveis.	1	24	1
212	RE 626706	Incidência do ISS sobre locação de bens móveis.	5	39	0
213	AI 768339	Competência para processar e julgar ação que visa compelir os entes políticos das três esferas do governo a fornecer medicamentos à pessoa carente, quando o valor da causa é inferior ao limite de sessenta salários mínimos.	0	0	0
214	RE 582461	a) Inclusão do ICMS em sua própria base de cálculo; b) Emprego da taxa SELIC para fins tributários; c) Natureza de multa moratória fixada em 20% do valor do tributo.	9	1.731	0
215	RE 583029	Forma de cálculo de contribuição previdenciária incidente sobre o 13º salário.	0	0	0
216	RE 588149	Incidência do ICMS sobre venda de veículos salvados de sinistros.	1	7	1
217	RE 588322	Comprovação do poder de polícia para cobrança de taxa de localização e funcionamento.	1	89	5
218	RE 588954	Direito de supermercado a crédito do ICMS relativo à energia elétrica utilizada no processo produtivo de alimentos que comercializa.	39	0	0
219	RE 590005	Extensão a beneficiários de plano de previdência privada complementar de vantagem outorgada a empregados ativos.	0	14	0
220	RE 592581	Competência do Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais com o objetivo de assegurar a observância de direitos fundamentais dos presos.	18	0	0
221	RE 593448	Competência legislativa municipal para restringir direito de férias de servidores municipais.	4	0	0
222	RE 597124	Extensão do adicional de risco portuário ao trabalhador portuário avulso.	0	0	0
223	RE 590829	Competência do Poder Legislativo municipal para estabelecer vantagens, benefícios e adicionais em favor de servidores municipais.	16	48	0
224	RE 599176	Imunidade tributária recíproca do responsável tributário por sucessão.	0	1	0
225	RE 601314	a) Fornecimento de informações sobre movimentações financeiras ao Fisco sem autorização judicial, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 105/2001; b) Aplicação retroativa da Lei nº 10.174/2001 para apuração de créditos tributários referentes a exercícios anteriores ao de sua vigência.	41	0	0
226	RE 602347	Cobrança do IPTU pela alíquota mínima nos casos de declaração da constitucionalidade da sua progressividade.	169	17	0
227	RE 635682	Reserva de lei complementar para instituir contribuição destinada ao SEBRAE.	7	0	0
228	RE 596832	Restituição de valores recolhidos a maior a título de PIS e COFINS mediante o regime de substituição tributária.	0	0	0

229	RE 585392	Isonomia quanto ao enquadramento como beneficiário do regime público de previdência complementar instituído por lei estadual.	2	91	0
230	RE 586620	Exigibilidade da contribuição para o Fundo de Saúde dos Militares.	0	11	0
231	RE 597092	Sequestro de recursos financeiros do Estado no caso de parcelamento compulsório de precatório.	43	0	0
232	RE 602136	Indenização por danos morais decorrentes de inscrição indevida em cadastro de inadimplentes.	0	798	1
233	RE 602238	a) Indenização por danos morais decorrentes de vazamento de produtos químicos em um dos afluentes do Rio Paraíba do Sul; b) Competência dos Juizados Especiais para as causas respectivas.	0	0	0
234	RE 602324	Reajuste das tabelas dos serviços prestados ao SUS.	0	0	0
235	RE 601392	Imunidade tributária das atividades exercidas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.	0	0	0
236	AI 705941	Natureza jurídica de verbas rescisórias para fins de incidência do imposto de renda.	0	0	0
237	RE 583937	Gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro.	0	6	0
238	RE 602072	Propositora de ação penal por descumprimento das condições estabelecidas em transação penal.	0	0	0
239	RE 602527	Extinção da punibilidade em virtude de prescrição da pretensão punitiva em perspectiva.	0	34	2
240	RE 602543	Nulidade do processo pela falta de requisição do réu preso, por meio de carta precatória, para comparecer à audiência de oitiva de testemunhas.	0	6	0
241	RE 603583	Exigência da prévia aprovação no exame da OAB para exercício da advocacia.	0	0	0
242	RE 600091	Competência para processar e julgar ações indenizatórias decorrentes de acidente do trabalho propostas por sucessores do trabalhador falecido.	0	47	6
243	RE 596492	Termo inicial dos juros moratórios nas ações de repetição de indébito tributário.	0	1	0
244	RE 599316	Limitação temporal para o aproveitamento de créditos de PIS E COFINS.	0	0	0
245	RE 602162	Base de cálculo do adicional de periculosidade dos empregados do setor de energia elétrica.	0	4	0
246	RE 760931	Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço.	0	0	0
247	RE 603497	Incidência do ISS sobre materiais empregados na construção civil.	78	0	0
248	AI 751478	Pressupostos de admissibilidade de ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho.	0	0	0
249	RE 627106	Execução extrajudicial de dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro de Habitação.	267	0	0
250	AI 776522	Extensão de regra mais benéfica concernente a férias prevista no Estatuto do Magistério estadual a professores contratados sob o regime temporário.	0	0	0
251	AI 778850	Suspensão ou devolução de prazos processuais da União em decorrência de movimento grevista deflagrado pelos membros das carreiras da AGU.	0	0	0
252	RE 569066	Extensão de Gratificação Especial a cargos equivalentes ao de técnico de nível superior.	0	0	0
253	RE 599628	Aplicabilidade do regime de precatórios às entidades da Administração Indireta prestadoras de serviços públicos essenciais.	0	2	0
254	RE 600010	Equiparação de Caixa de Assistência de grupo profissional a entidades beneméritas de assistência social para fins de imunidade tributária.	4	0	0
255	RE 603448	Prazo prescricional para a execução contra o Estado de débitos oriundos da extinta Minascaixa.	0	0	0
256	RE 603451	Complementação de aposentadoria de ex-empregado da FEPASA.	62	1.109	5
257	RE 606358	Inclusão das vantagens pessoais no teto remuneratório estadual após a Emenda Constitucional nº 41/2003.	1.526	93	0
258	RE 595332	Competência para processar e julgar execuções ajuizadas pela OAB contra advogados inadimplentes quanto ao pagamento de anuidades.	0	0	0

259	RE 595676	Tributação da importação de pequenos componentes eletrônicos que acompanham material didático de curso de montagem de computadores.	6	0	0
260	RE 605993	Extensão aos inativos da Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ.	0	0	0
261	RE 581947	Cobrança de taxa de ocupação do solo e do espaço aéreo por poste de transmissão de energia elétrica.	49	0	0
262	RE 605533	Legitimidade do Ministério Pùblico para ajuizar ação civil pùblica que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças.	940	0	0
263	RE 583327	Incidência de ICMS sobre os serviços prestados pelos provedores de acesso à internet.	0	10	0
264	RE 626307	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão.	226.040	191	0
265	RE 591797	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	40.987	107	0
266	RE 605481	Citação da Fazenda Pùblica para expedição de precatório complementar.	401	0	1
267	RE 608852	Fixação de multa por descumprimento de ordem judicial de pagamento de precatório no prazo legal.	0	0	0
268	RE 609448	Majorações de tarifas de energia elétrica durante o período de congelamento de preços denominado Plano Cruzado.	0	38	0
269	RE 609466	Direito de militar mineiro reformado do Estado de Minas Gerais receber o adicional trintenário.	0	0	0
270	RE 610218	Reserva de lei para instituir punição disciplinar imposta a militar.	0	0	0
271	RE 610220	Direito de filha de ex-servidor, solteira e maior de 21 anos, receber pensão.	4	84	0
272	RE 610221	Competência dos Municípios para legislar sobre tempo máximo de espera de clientes em filas de bancos.	0	32	0
273	RE 610223	Direito de servidores inativos da extinta FEPASA à extensão de vantagens salariais concedidas em dissídios e acordos coletivos aos ferroviários em atividade.	7	684	0
274	AI 777749	Cobrança de pulsos além da franquia.	0	0	0
275	AI 746996	Direito de servidores públicos do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte à Gratificação Especial de Técnico de Nível Superior - GTNS.	0	0	0
276	AI 783172	Adicional noturno para policiais civis que trabalham sob o regime de plantão.	0	2	0
277	RE 566007	Desvinculação do produto de arrecadação de contribuições sociais da União por Emenda Constitucional.	0	0	0
278	RE 568503	a) Sujeição da contribuição ao PIS ao princípio da anterioridade nonagesimal; b) Contagem do prazo nonagesimal para fins de majoração de alíquota estabelecida por ocasião da conversão de medida provisória em lei.	0	0	0
279	RE 602381	Natureza das leis n. 2.123/93 e 4.069/62 que garantem aos procuradores federais direito a férias de sessenta dias por ano.	0	0	0
280	RE 603616	Provas obtidas mediante invasão de domicílio por policiais sem mandado de busca e apreensão.	0	20	0
281	RE 611601	Contribuição para a seguridade social a cargo das agroindústrias sobre a receita bruta prevista na Lei nº 10.256/2001.	0	0	0
282	RE 424053	Subsistência, após a Emenda Constitucional nº 19/98, dos subtotos salariais criados com amparo na redação original do art. 37, XI, da Constituição Federal.	12	67	22
283	RE 606107	Incidência do PIS e da COFINS não-cumulativos sobre valores recebidos a título de transferência de ICMS.	0	0	0
284	RE 631363	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I.	14.677	51	0

285	RE 632212	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II.	37.566	87	0
286	AI 765567	Responsabilidade civil de banco por danos decorrentes de indevida utilização de cartão de crédito.	0	256	0
287	AI 790283	Sujeito ativo competente para cobrança do ISS.	0	9	0
288	RE 602883	Interrupção do prazo prescricional na execução fiscal.	0	13	0
289	RE 607582	Bloqueio de verbas públicas para garantia de fornecimento de medicamentos.	26	0	0
290	RE 611162	Pagamento de diferenças em razão de reenquadramento de servidor público do Município de Santos.	1	225	0
291	RE 611230	Notificação pessoal de contribuinte para exclusão do REFIS.	0	0	0
292	RE 611231	Extinção de execução fiscal da União por falta de interesse de agir, em razão do valor irrisório do débito, com base em legislação federal.	0	5	0
293	RE 612358	Contagem especial de tempo de serviço, prestado sob condições insalubres, em período anterior à instituição do Regime Jurídico Único.	3	0	0
294	RE 612359	Cabimento de agravo interno contra decisão monocrática proferida no âmbito dos Juizados Especiais.	0	0	0
295	RE 612360	Penhorabilidade de bem de família de fiador de contrato de locação.	0	102	0
296	RE 784439	Caráter taxativo da lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal.	158	0	0
297	RE 540829	Incidência do ICMS na importação de mercadoria por meio de arrendamento mercantil internacional.	22	619	3
298	RE 545796	Diferimento da compensação tributária advinda da correção monetária das demonstrações financeiras no período-base de 1990.	0	0	0
299	RE 635688	Aproveitamento integral de créditos do ICMS pago na operação antecedente em hipóteses de redução parcial da base de cálculo na operação subsequente.	11	0	0
300	RE 603136	Incidência do ISS sobre os contratos de franquia.	127	0	0
301	RE 592887	Cobrança de ICMS sobre serviço de habilitação de celular.	0	1	0
302	RE 603191	Natureza jurídica da retenção de 11% sobre os valores brutos dos contratos de prestação de serviço por empresas tomadoras de serviços.	0	0	0
303	RE 605506	Cobrança de IPI na base de cálculo do PIS e da COFINS exigida e recolhida pelas montadoras de veículos em regime de substituição tributária.	0	0	0
304	RE 607109	Apropriação de créditos de PIS e COFINS na aquisição de desperdícios, resíduos ou apara.	0	0	0
305	RE 607520	Competência para processar e julgar ações de cobrança de honorários advocatícios arbitrados em favor de advogado dativo.	0	0	0
306	RE 611512	Natureza jurídica dos juros, em reclamatória trabalhista, para fins de incidência de Imposto de Renda.	0	0	0
307	RE 626468	Efeito suspensivo a embargos do devedor em execução fiscal.	0	4	0
308	RE 705140	Efeitos trabalhistas decorrentes de contratação pela Administração Pública de empregado não submetido à prévia aprovação em concurso público.	1	3	0
309	RE 656558	Alcance das sanções impostas pelo art. 37, § 4º, da Constituição Federal aos condenados por improbidade administrativa.	50	0	0
310	AI 804209	Alteração judicial, ao patamar de 12% ao ano, de juros contratados após a Emenda Constitucional nº 40/2003.	0	10	0
311	RE 221142	Índice para correção monetária das demonstrações financeiras das pessoas jurídicas no ano-base de 1990.	0	0	0
312	RE 580963	Interpretação extensiva ao parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.741/2003 para fins do cálculo da renda familiar de que trata o art. 20, §3º, da Lei nº 8.742/93.	0	0	0
313	RE 626489	Aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória nº 1.523/97 a benefícios concedidos antes da sua edição.	370	0	0
314	RE 601235	Exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de recurso administrativo.	1	6	1

315	RE 592317	Aumento de vencimentos e extensão de vantagens e gratificações pelo Poder Judiciário e pela Administração Pública.	4	116	0
316	RE 627637	Extensão da vantagem denominada Prêmio de Incentivo à Qualidade – PIQ a servidores inativos.	0	41	0
317	RE 630137	Auto-aplicabilidade da imunidade relativa à contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões dos servidores públicos, prevista no art. 40, § 21, da Constituição Federal, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.	29	0	0
318	AI 800074	Requisitos do mandado de segurança.	0	10	0
319	AI 735933	Critérios de correção monetária para a devolução de empréstimo compulsório de energia elétrica.	0	1	0
320	AI 738444	Reconhecimento da condição de ex-combatente para fins de recebimento de benefício de pensão especial.	0	0	0
321	AI 826555	Limites impostos pelo princípio do juiz natural à convocação de ação individual em um incidente processual, no bojo de ação coletiva em trânsito perante juízo diverso do originário.	0	0	0
322	RE 592891	Creditamento de IPI na entrada de insumos provenientes da Zona Franca de Manaus.	0	0	0
323	RE 599362	Incidência do PIS sobre os atos cooperativos próprios.	0	0	0
324	RE 602917	Reserva de lei complementar para estabelecimento de valores pré fixados para o cálculo do IPI.	0	0	0
325	RE 603624	Subsistência da contribuição destinada ao SEBRAE, após o advento da Emenda Constitucional nº 33/2001.	2	0	0
326	RE 607056	Incidência do ICMS sobre o fornecimento de água encanada por concessionárias.	0	0	0
327	RE 607420	Inscrição de Município no SIAFI/CADIN sem o prévio julgamento de Tomada de Contas Especial.	0	0	0
328	RE 611510	Incidência do IOF sobre aplicações financeiras de curto prazo de partidos políticos, entidades sindicais, instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos beneficiários de imunidade tributária.	0	0	0
329	RE 627815	Incidência do PIS e da COFINS sobre a receita decorrente da variação cambial positiva.	0	0	0
330	RE 628002	Incidência do IRPF sobre os benefícios recebidos de entidade de previdência privada e as importâncias correspondentes ao resgate de contribuições.	0	0	0
331	RE 628137	Incidência de juros progressivos sobre o FGTS.	0	0	0
332	RE 628914	Restituição dos valores pagos a consórcio em razão de desistência do consorciado.	0	7	0
333	RE 629057	Responsabilização do empregador no caso de sucessão de empresa.	0	0	0
334	RE 630501	Direito a cálculo de benefício de aposentadoria de acordo com legislação vigente à época do preenchimento dos requisitos exigidos para sua concessão.	0	6	0
335	RE 630733	Remarcação de teste de aptidão física em concurso público.	0	0	0
336	RE 630790	Imunidade tributária em relação ao imposto de importação para entidades que executam atividades fundadas em preceitos religiosos.	2	0	0
337	RE 607642	Majoração da alíquota de contribuição para o PIS mediante medida provisória.	0	0	0
338	AI 758533	Exigência do exame psicotécnico em concurso público, sem previsão em lei, e critérios de avaliação.	0	67	2
339	AI 791292	Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais	10	3.707	0
340	RE 584313	Extensão do índice de reajuste de 28,86% aos militares.	0	9	0
341	AI 823896	Plano de carreira de servidores públicos instituído por lei municipal sem norma regulamentadora.	0	21	0
342	RE 608872	Imunidade de ICMS sobre produtos e serviços adquiridos por entidade filantrópica.	98	0	0
343	RE 580871	Devolução de contribuição previdenciária cobrada de servidor inativo ou pensionista, no período compreendido entre a EC 20/98 e a EC 41/2003.	2	97	47
344	RE 569441	Incidência de contribuição previdenciária sobre a participação nos lucros da empresa.	0	0	0

345	RE 597064	Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS das despesas com atendimento a beneficiários de planos privados de saúde.	0	0	0
346	RE 601967	Reserva de norma constitucional para dispor sobre direito à compensação de créditos do ICMS.	64	0	0
347	RE 607607	Direito à atualização monetária do vale-refeição dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul por decisão judicial.	0	0	0
348	RE 607940	Plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.	0	0	0
349	RE 611639	Registro prévio do contrato de alienação fiduciária em garantia de veículo automotor perante o órgão competente para o licenciamento.	0	0	0
350	RE 631240	Prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao Judiciário.	35	0	0
351	RE 631389	Extensão a inativos e pensionistas da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE.	0	0	0
352	RE 632250	Aplicação de norma que dispõe sobre direitos antidumping relativamente a contrato de importação celebrado anteriormente à sua vigência.	0	0	0
353	AI 803140	Enquadramento de pessoas jurídicas da área de saúde na qualidade de prestadoras de serviço hospitalar para fins de obtenção do benefício de recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) com base de cálculo reduzida.	0	0	0
354	AI 808968	Cabimento de ação rescisória contra decisão dos Juizados Especiais Federais.	0	0	0
355	RE 693112	a) Penhora de bens da Rede Ferroviária S.A. realizada anteriormente à sucessão pela União; b) Possibilidade de execução, pelo regime de precatório, dos bens da Rede Ferroviária.	1	0	0
356	AI 818688	Adicional de periculosidade em decorrência de armazenamento de agentes inflamáveis em prédio vertical.	0	0	0
357	AI 825675	Redução do intervalo intrajornada e majoração da jornada de trabalho, no regime de turnos ininterruptos de revezamento, por negociação coletiva.	0	0	0
358	RE 601146	Competência dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal para decidir sobre questão previdenciária, no bojo de processo autônomo de perda de posto e patente de militar.	0	0	0
359	RE 602584	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre o montante decorrente da acumulação de proventos e pensão.	89	0	0
360	RE 611503	Desconstituição de título executivo judicial mediante aplicação do parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil.	5	0	0
361	RE 631537	Transmutação da natureza de precatório alimentar em normal em virtude de cessão do direito nele estampado.	53	0	0
362	RE 608880	Responsabilidade civil do Estado por ato praticado por preso foragido.	4	0	0
363	RE 627543	Impedimento à adesão ao regime tributário do Simples Nacional de microempresas ou empresas de pequeno porte com pendências tributárias ou previdenciárias.	0	0	0
364	RE 607886	Titularidade do produto de arrecadação do imposto de renda incidente sobre complementação de aposentadoria paga por autarquia estadual.	0	0	0
365	RE 580252	Responsabilidade do Estado por danos morais decorrentes de superlotação carcerária.	0	0	0
366	RE 136861	Responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de omissão do dever de fiscalizar comércio de fogos de artifício em residência.	1	0	0
367	RE 631102	Inelegibilidade em razão de renúncia a mandato.	0	0	0
368	RE 614406	Incidência do imposto de renda de pessoa física sobre rendimentos percebidos acumuladamente.	4	149	0
369	RE 614232	Vinculado ao tema nº 368	0	0	0
370	RE 601182	Suspensão dos direitos políticos de condenado a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direito.	2	0	0
371	RE 628658	Concessão de indulto a pessoa submetida a medida de segurança.	0	0	0

372	RE 609096	Exigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras das instituições financeiras.	0	0	0
373	RE 608898	Expulsão de estrangeiro cuja prole brasileira foi concebida posteriormente ao fato motivador do ato expulsório.	0	0	0
374	RE 627709	Aplicação do art. 109, § 2º, da Constituição Federal aos entes da Administração Indireta	0	0	0
375	RE 633244	Condições para a promoção de policial militar.	0	9	0
376	RE 635739	Cláusulas de barreira ou afunilamento em concurso público	0	7	0
377	RE 612975	Incidência do teto remuneratório no caso de acumulação de cargos públicos	5	0	0
378	RE 632767	Reajustes de vencimentos de servidores públicos do Município de São Paulo com base em leis municipais	1	287	0
379	RE 605552	Imposto a incidir em operações mistas realizadas por farmácias de manipulação.	49	0	0
380	RE 600658	Aplicação do art. 17 do ADCT a vantagens protegidas pela garantia da coisa julgada	0	0	0
381	RE 630852	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.	690	1	0
382	RE 603917	Sujeição da Lei Complementar 122/2006 a prazo nonagesimal.	18	0	0
383	RE 635546	Equiparação de direitos trabalhistas entre terceirizados e empregados de empresa pública tomadora de serviços.	0	0	0
384	RE 602043	Incidência do teto remuneratório a servidores já ocupantes de dois cargos públicos antes da vigência da Emenda Constitucional 41/2003.	15	0	0
385	RE 594015	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a sociedade de economia mista ocupante de bem público.	178	0	0
386	RE 611874	Realização de etapas de concurso público em datas e locais diferentes dos previstos em edital por motivos de crença religiosa do candidato.	0	0	0
387	RE 633703	Aplicabilidade imediata da Lei Complementar nº 135/2010, que prevê novas hipóteses de inelegibilidade, às eleições de 2010.	0	0	0
388	RE 613033	Revisão de auxílio-acidente concedido antes do advento da Lei nº 9.032/95.	0	109	2
389	AI 826496	Âmbito de incidência de isenção de taxas judiciais, custas e emolumentos concedida por lei estadual.	0	0	0
390	RE 636562	Reserva de lei complementar para tratar da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal.	169	0	0
391	RE 635443	Incidência do PIS e da COFINS nas importações realizadas por conta e ordem de terceiros no contexto do Sistema Fundap.	1	0	0
392	RE 363889	Superação da coisa julgada para possibilitar nova ação de investigação de paternidade em face de viabilidade de realização de exame de DNA.	0	3	0
393	RE 628624	Competência para processar e julgar suposto crime de publicação, na internet, de imagens com conteúdo pornográfico envolvendo criança ou adolescente.	0	0	0
394	RE 553710	Pagamento imediato de reparação econômica a anistiados políticos.	0	0	0
395	RE 638115	Incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e/ou gratificadas.	0	0	0
396	RE 603580	Direito adquirido aos critérios da paridade e integralidade no pagamento de pensão por morte de servidor aposentado antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003, mas falecido durante sua vigência.	179	22	0
397	RE 633843	Cobrança de contribuição previdenciária dos servidores estaduais ativos de São Paulo.	1	122	0
398	AI 836810	Anulação de sentença por contradição e incoerência.	0	0	0
399	RE 635336	Natureza da responsabilidade do proprietário de terras com cultivo ilegal de plantas psicotrópicas para fins de expropriação.	0	0	0
400	AI 837409	Legitimidade ativa para cobrar IPTU referente à área de município em que se controveira acerca da observância do artigo 18, § 4º, da Constituição Federal no processo de desmembramento.	0	0	0
401	RE 633360	Multa por litigância de má-fé.	0	31	0

402	RE 627051	Imunidade tributária recíproca quanto à incidência de ICMS sobre o transporte de encomendas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.	0	0	0
403	RE 635648	Requisitos para contratação de professor substituto no âmbito de instituições federais de ensino superior.	0	0	0
404	AI 841445	Recebimento de vale-refeição, por servidor público, durante o período de férias.	0	0	0
405	AI 841047	Cômputo do tempo de serviço exercido em condições especiais para efeito de aposentadoria.	0	23	0
406	AI 843287	Critérios para o cálculo da renda mensal inicial de benefício previdenciário.	0	0	0
407	RE 633329	Restituição de valores descontados compulsoriamente a título de contribuição previdenciária declarada constitucional.	0	11	0
408	ARE 637975	Cabimento de apelação em caso de execução fiscal com valor inferior a 50 ORTN.	4	72	2
409	RE 631880	Extensão, em relação aos servidores inativos, dos critérios de cálculo da GDPST estabelecidos para os servidores em atividade.	0	0	0
410	RE 633933	Extensão, em relação aos servidores inativos, dos critérios de cálculo da GDPGTAS estabelecidos para os servidores em atividade.	0	0	0
411	AI 841548	Rito da execução de decisões que condenem entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado, a quantia em dinheiro.	0	0	0
412	ARE 638315	Extensão da imunidade tributária recíproca às empresas públicas prestadoras de serviços públicos.	0	0	0
413	AI 839695	Quantum indenizatório de condenação por danos morais e materiais decorrentes da relação entre concessionária de serviço público e consumidor.	0	432	0
414	RE 638483	Competência para processar e julgar ação em que se discute a prestação de benefícios previdenciários decorrentes de acidentes de trabalho.	0	14	1
415	ARE 638550	Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	113	0	0
416	RE 635347	Forma de pagamento de débito originado de erro no cálculo das verbas a serem repassadas pela União a título de complementação do FUNDEF.	0	0	0
417	ARE 640525	Responsabilidade civil por dano material em face de relações contratuais e extracontratuais.	0	41	0
418	AI 843753	Compensação do reajuste de 28,86% sobre a RAV com as reposições salariais posteriores ao reajustamento concedido pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993.	0	0	0
419	AI 844777	Dever de as concessionárias de serviços públicos cumprirem suas obrigações contratuais mesmo que em área de risco à integridade física de seus funcionários.	0	0	0
420	AI 843751	Extensão de progressão salarial a servidores efetivados por Lei Estadual.	0	0	0
421	AI 844474	Aplicação do artigo 1º da Lei de Usura, que limita a taxa de juros a 12% ao ano, aos contratos bancários.	0	21	0
422	RE 636978	Cálculo do valor mínimo nacional por aluno (VMNA) a ser repassado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)	0	0	0
423	RE 641320	Cumprimento de pena em regime menos gravoso ante a falta de vagas em estabelecimento penitenciário adequado.	0	0	0
424	ARE 639228	Indeferimento de produção de provas no âmbito de processo judicial.	0	1.060	0
425	AI 841473	Restituição de verbas de natureza alimentar pagas indevidamente pela Administração Pública a beneficiário de boa-fé.	3	93	0
426	AI 839496	Incidência do adicional de "sexta parte" sobre a integralidade dos vencimentos de servidor estadual celetista.	1	31	0
427	AI 844143	Extensão do reajuste de 10% concedido pelo Decreto Estadual nº 36.829/1995 aos servidores da FUNED.	0	0	0
428	ARE 641543	Extensão a outros servidores públicos militares em atividade da Gratificação de Encargos Especiais-GEE	0	0	0
429	ARE 640182	Extensão a servidor público inativo do Adicional de Local de Exercício - ALE definido como vantagem de caráter geral.	10	389	0

430	ARE 639496	Competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.	2	49	0
431	AI 831223	Contribuição para assistência à saúde incidente sobre proventos e pensões dos servidores públicos no interregno das EC nº 20/98 e nº 41/03.	0	7	3
432	RE 636941	Imunidade tributária das entidades filantrópicas em relação à contribuição para o PIS	0	0	0
433	ARE 640671	Competência de juizados especiais face à alegação de complexidade da prova.	0	99	0
434	RE 596542	Alteração do cálculo da Gratificação por Produção Suplementar – GPS por lei específica.	0	0	0
435	AI 842063	Aplicação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97 nas ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.	2	1	2
436	AI 845109	Alteração de prazo prescricional por legislação infraconstitucional superveniente.	0	8	0
437	RE 601720	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a empresa privada ocupante de bem público.	112	0	0
438	RE 600851	Limite temporal para a suspensão do processo e do prazo prescricional previstos no art. 366 do CPP.	0	0	0
439	RE 606199	Direito adquirido de servidores públicos estaduais aposentados à permanência em determinada classe, não obstante o advento de lei estadual que, ao promover a reclassificação de cargos, reenquadra-os em classe inferior.	0	94	2
440	ARE 637607	Redução legal do valor de gratificação para servidores que ingressaram, ou reingressaram no quadro, após a entrada em vigor da lei redutora.	0	0	0
441	RE 660968	Exigência da regra constitucional da reserva de plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988.	0	0	0
442	RE 638706	Inexigibilidade de título judicial cujo fundamento contraria decisão superveniente do Superior Tribunal de Justiça sobre tema declarado de natureza infraconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.	0	0	0
443	ARE 640514	Exigência de atualização, no final de cada exercício, da ajuda de custo instituída pela Lei Municipal 4.823/1996.	0	5	0
444	AI 845156	Reflexos na base de cálculo do décimo terceiro salário e do terço de férias da verba decorrente de plantão na área da saúde.	0	11	0
445	RE 636553	Obrigatoriedade de o Tribunal de Contas da União – TCU observar os princípios do contraditório e da ampla defesa no exame da legalidade de atos concessivos de aposentadorias, reformas e pensões, após o decurso do prazo de cinco anos.	1	0	0
446	ARE 640523	Destinação de parte do valor das astreintes a fundo estadual de defesa do consumidor.	0	112	0
447	ARE 642827	Extensão, em relação aos servidores inativos e pensionistas, dos critérios de cálculo da GDAMB estabelecidos para os servidores em atividade.	0	0	0
448	RE 642682	Extensão do adicional de insalubridade aos policiais militares inativos em razão de previsão em Lei Complementar Estadual.	3	212	57
449	RE 754276	Convocação, para o serviço militar, de estudante de medicina dispensado por excesso de contingente.	0	0	0
450	ARE 638195	Incidência de correção monetária no período compreendido entre a data do cálculo e a do efetivo pagamento da requisição de pequeno valor.	1	0	0
451	RE 635729	Remissão aos fundamentos adotados na sentença impugnada nos termos do §5º do art. 82 da Lei nº 9.099/95.	0	0	0
452	RE 639138	Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição.	7	0	0
453	RE 549560	Manutenção de prerrogativa de foro a magistrados aposentados.	0	0	0
454	RE 629392	Direito à promoção funcional, independentemente de apuração própria ao estágio probatório, quando reconhecida eficácia retroativa do direito à nomeação.	0	0	0
455	RE 611585	Exigência de pagamento de caução para o exercício da profissão de leiloeiro.	0	0	0
456	RE 598677	Cobrança antecipada de ICMS no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação.	1	0	0

457	RE 659424	Requisitos legais diferenciados para a concessão de pensão por morte em relação a cônjuges homens e mulheres de ex-servidores públicos.	0	0	0
458	ARE 643085	Direito do consumidor à exibição de documentos.	0	40	0
459	RE 642442	Requisitos legais para enquadramento de pessoa jurídica como entidade beneficiante de assistência social para fins de imunidade tributária.	0	79	0
460	AI 846803	Proseguimento de Execução Fiscal lastreada em Certidão de Dívida Ativa supostamente ilíquida.	0	2	0
461	ARE 640713	Illegalidade de cláusulas previstas em contratos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor.	0	32	0
462	AI 846912	Extensão, em relação aos servidores inativos e pensionistas, da Gratificação de Atividade Policial Militar – GAPM.	0	5	0
463	RE 637135	Violação à coisa julgada em decorrência de preclusão referente à juntada de acordo apenas por ocasião dos embargos à execução.	0	2	0
464	ARE 642841	Extensão aos inativos do Prêmio de Produção concedido aos servidores ativos do Quadro Permanente de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais.	0	0	0
465	RE 642890	Alteração da fórmula do cálculo do auxílio-invalidez para os servidores militares.	0	0	0
466	ARE 642137	Revisão de contrato celebrado com entidade fechada de previdência complementar.	0	13	0
467	AI 834262	Descontos previdenciários de militares estaduais ativos com base na Lei nº 7.672/82.	0	0	0
468	RE 541856	Termo inicial da prescrição para ação de cobrança da diferença decorrente da incidência dos expurgos inflacionários reconhecidos pela Lei Complementar nº 110/2001 na multa de 40% sobre os depósitos do FGTS (REAFIRMAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIXADO NO TEMA 144)	0	0	0
469	RE 600063	Alcance da imunidade material concedida aos vereadores por suas opiniões, palavras e votos.	1	11	1
470	RE 599309	Contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários de instituições financeiras estabelecida antes da EC 20/98.	0	0	0
471	RE 631111	Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de interesses de beneficiários do DPVAT.	0	1	0
472	RE 658570	Competência de guarda municipal para lavrar auto de infração de trânsito.	0	30	3
473	RE 587371	Incorporação de quintos por exercício de função comissionada anteriormente ao ingresso na magistratura.	0	0	0
474	RE 614873	Reserva de vagas em vestibular de universidade estadual para egressos de escolas de ensino médio da respectiva unidade federativa.	0	0	0
475	RE 754917	Extensão da imunidade relativa ao ICMS para a comercialização de embalagens fabricadas para produtos destinados à exportação.	8	0	0
476	RE 608482	Manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório pela aplicação da teoria do fato consumado.	0	5	0
477	RE 638239	Revisão de Súmula Vinculante em virtude da superveniência de lei de conteúdo divergente.	1	0	0
478	RE 640139	Alcance do princípio da autodefesa frente ao crime de falsa identidade	0	14	3
479	RE 627189	Imposição de obrigação de fazer à concessionária de serviço público para que observe padrão internacional de segurança.	1	0	0
480	RE 609381	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre proventos percebidos em desacordo com o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.	92	243	34
481	RE 652229	Direito de brasileiro contratado no exterior como “auxiliar local”, antes da Constituição Federal de 1988, ao regime jurídico estabelecido pela Lei 8.112/90.	0	0	0
482	RE 611505	Incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos pelo empregador ao empregado nos primeiros quinze dias de auxílio-doença.	0	0	2

483	ARE 652777	Divulgação, em sítio eletrônico oficial, de informações alusivas a servidores públicos, inclusive seus nomes e correspondentes remunerações.	15	415	77
484	RE 650898	a) Legitimidade de tribunal de justiça para atuar em controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal contestada em face da Constituição Federal; b) Possibilidade de concessão de gratificação natalina, ou de outras espécies remuneratórias, a detentor de mandato eletivo remunerado por subsídio.	13	0	0
485	RE 632853	Controle jurisdicional do ato administrativo que avalia questões em concurso público.	1	48	1
486	RE 607107	Suspensão de habilitação para dirigir de motorista profissional condenado por homicídio culposo na direção de veículo automotor.	1	0	0
487	RE 640452	Caráter confiscatório da "multa isolada" por descumprimento de obrigação acessória decorrente de dever instrumental.	41	0	0
488	RE 646104	Representatividade sindical de micro e pequenas indústrias artesanais.	0	0	0
489	AI 810097	Responsabilidade solidária da União pelo pagamento de correção monetária integral referente a crédito oriundo de devolução de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica.	0	0	0
490	RE 628075	Creditamento de ICMS incidente em operação oriunda de outro ente federado que concede, unilateralmente, benefício fiscal.	120	0	0
491	ARE 649379	Competência legislativa estadual para estabelecer regras de postagem de boletos referentes a pagamento de serviços prestados por empresas públicas e privadas.	0	0	0
492	RE 695911	Cobrança, por parte de associação, de taxas de manutenção e conservação de loteamento imobiliário urbano de proprietário não-associado.	643	0	0
493	RE 523086	Promoção de professor à classe superior a que pertence.	0	0	0
494	RE 596663	Limites objetivos da coisa julgada em sede de execução.	0	2	0
495	RE 630898	Referibilidade e natureza jurídica da contribuição para o INCRA, em face da Emenda Constitucional nº 33/2001.	0	0	0
496	RE 590908	Direito do Ministério Público de recorrer, apesar do acolhimento de pleito de improúnica formulado por Promotor de Justiça posteriormente substituído.	0	0	0
497	RE 629053	Proteção objetiva da estabilidade de empregada gestante, em virtude de rescisão imotivada do contrato de trabalho.	0	0	0
498	RE 646721	Alcance do direito sucessório em face de união estável homoafetiva.	3	0	0
499	RE 612043	Limites subjetivos da coisa julgada referente à ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil.	3.513	0	0
500	RE 657718	Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.	259	0	0
501	RE 606314	Alíquota do IPI sobre o processo de industrialização de embalagens para acondicionamento de água mineral.	0	0	0
502	RE 627280	Incidência de IPI sobre bacalhau seco e salgado	0	0	0
503	RE 661256	Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação.	8	0	0
504	RE 593544	Crédito presumido do IPI na base de cálculo do PIS e da COFINS.	0	0	0
505	RE 595326	Aplicação imediata EC nº 20/98 quanto à competência da Justiça do Trabalho para execução de contribuições previdenciárias decorrentes de sentenças anteriores à sua promulgação.	0	0	0
506	RE 635659	Tipicidade do porte de droga para consumo pessoal.	26	0	0
507	RE 660970	Imposto a incidir sobre operações de secretariado por rádio-chamada.	1	0	0
508	RE 600867	Imunidade tributária recíproca para sociedade de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores.	34	0	0
509	RE 655265	Momento de comprovação do triênio de atividade jurídica para ingresso no cargo de juiz substituto.	0	0	0
510	RE 663696	Teto remuneratório de procuradores municipais.	13	0	0

511	RE 657686	Compensação de débitos tributários com requisições de pequeno valor – RPV.	9	7	0
512	RE 662405	Responsabilidade civil do Estado por danos materiais causados a candidatos inscritos em concurso público em face do cancelamento da prova do certame por suspeita de fraude.	0	0	0
513	RE 645181	Cobrança de pedágio intermunicipal sem disponibilização de via alternativa.	2	0	0
514	ARE 660010	Aumento da carga horária de servidores públicos, sem a devida contraprestação remuneratória.	1	5	1
515	RE 656089	Reserva de lei para a majoração da alíquota da COFINS de 3% para 4% pela Lei 10.684/2003.	0	0	0
516	RE 597315	Sujeição passiva das cooperativas à contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS.	0	0	0
517	RE 632783	Aplicação de diferencial de alíquota de ICMS à empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL.	4	0	0
518	RE 660933	Compatibilidade da contribuição destinada ao custeio da educação básica com as Constituições de 1969 e de 1988.	0	0	0
519	RE 659172	Sequestro de verbas públicas para pagamento de precatórios anteriores à Emenda Constitucional nº 62/2009.	645	2	0
520	ARE 665134	Sujeito ativo do ICMS a incidir sobre circulação de mercadorias importadas por um estado da federação, industrializadas em outro estado da federação e que retorna ao primeiro para comercialização.	7	0	0
521	RE 612707	Quebra da ordem cronológica do pagamento de precatórios alimentares para fins de sequestro de recursos públicos.	9	0	0
522	RE 650851	Contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada para fins de concessão de aposentadoria.	3	3	0
523	RE 666156	Seletividade de IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000	105	0	0
524	RE 656860	Aposentadoria integral de servidor portador de doença grave não especificada em lei.	0	45	3
525	RE 839950	Competência legislativa municipal para dispor sobre a obrigatoriedade de prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem de compras por supermercados ou similares.	13	0	0
526	RE 883168	Possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários.	2	0	0
527	RE 667958	Serviço de entrega de guias ou boletos de cobrança realizado diretamente pelo ente federativo interessado em face do monopólio da União.	0	0	0
528	RE 658312	Recepção, pela CF/88, do art. 384 da CLT, que dispõe sobre o intervalo de 15 minutos para trabalhadora mulher antes do serviço extraordinário.	0	0	0
529	ARE 656298	Possibilidade de reconhecimento jurídico de união estável e de relação homoafetiva concomitantes, com o consequente rateio de pensão por morte.	1	0	0
530	RE 669367	Desistência em mandado de segurança, sem aquiescência da parte contrária, após prolação de sentença de mérito, ainda que favorável ao impetrante.	0	2	1
531	RE 693456	Desconto nos vencimentos dos servidores públicos dos dias não trabalhados em virtude de greve.	56	0	0
532	RE 840230	Aplicação de multa de trânsito por sociedade de economia mista	18	0	0
533	ARE 660861	Dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário.	39	0	0
534	ARE 664575	Fixação, pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, do prazo decadencial de 180 dias para a propositura de representações por doação de recursos de campanha eleitoral acima do limite legal.	0	0	0
535	RE 597854	Cobrança de mensalidade em curso de pós-graduação lato sensu por instituição pública de ensino.	0	0	0
536	RE 672215	Incidência de COFINS, PIS e CSLL sobre o produto de ato cooperado ou cooperativo.	0	0	0

537	RE 611586	Momento de disponibilização de renda de pessoas jurídicas sediadas no Brasil com participação nos lucros de suas empresas coligadas ou controladas no estrangeiro para fins de IR.	0	0	0
538	RE 584247	Competência para processar e julgar ação em que se discute pagamento de adicional de insalubridade a servidor público de ex-Território Federal ante a existência de convênio firmado entre a União e o Estado-membro para o qual cedido.	0	0	0
539	RE 631444	Conversão monetária de vencimentos de servidores públicos estaduais, sem intermédio de URV.	0	9	0
540	RE 704292	Fixação de anuidade por conselhos de fiscalização profissional.	0	0	0
541	ARE 654432	Exercício do direito de greve por policiais civis.	0	0	0
542	RE 842844	Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível ad nutum, ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória.	50	0	0
543	RE 657989	Direito adquirido ao recebimento de salário-família em face de alteração promovida pela EC 20/98.	1	0	0
544	RE 846854	Competência para julgamento de abusividade de greve de servidores públicos celetistas.	1	0	0
545	RE 716378	Extensão da estabilidade excepcional do art. 19 do ADCT a empregados de fundação privada.	0	0	0
546	RE 661702	Competência legislativa para dispor sobre o transporte irregular de passageiros e a aplicação da penalidade de apreensão de veículos.	13	0	0
547	RE 641005	Pagamento de mensalidades de instituições privadas de ensino superior de forma proporcional à quantidade de disciplinas cursadas. Autonomia universitária. Princípio da defesa do consumidor.	2	0	0
548	AI 761908	Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade.	1.527	0	0
549	ARE 648629	Obrigatoriedade de intimação pessoal de procuradores federais no âmbito dos Juizados Especiais Federais.	0	0	0
550	RE 606003	Competência para processar e julgar controvérsia a envolver relação jurídica entre representante e representada comerciais.	10	0	0
551	ARE 646000	Extensão de direitos concedidos aos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados públicos contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	1.906	0	0
552	RE 661941	Participação de escrivão de paz em concurso de remoção para serventias notariais ou registrais.	898	0	0
553	RE 682934	Transposição de Assistente Jurídico aposentado anteriormente à Lei 9.028/1995 para o cargo de Advogado da União.	0	0	0
554	RE 677725	Fixação de alíquota da contribuição ao SAT a partir de parâmetros estabelecidos por regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Social.	0	0	0
555	ARE 664335	Fornecimento de Equipamento de Proteção Individual - EPI como fator de descaracterização do tempo de serviço especial.	0	0	0
556	RE 631053	Demissão sem justa causa de professor sem prévia instauração de inquérito administrativo, não obstante a previsão no regimento interno da instituição privada de ensino.	0	0	0
557	RE 630152	Contagem de pontos por tempo de gerenciamento de equipes decorrente de designação formal como critério para promoção de servidores públicos municipais.	0	0	0
558	RE 678360	Compensação de precatórios com débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.	28	0	0
559	RE 614384	Convalidação, pela EC 57/2008, de desmembramento municipal realizado em desobediência ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal e suas consequências sobre execuções fiscais ajuizadas anteriormente à promulgação da citada emenda constitucional.	0	0	0
560	RE 633981	Ausência de coabitacão dos cônjuges como prova da separação de fato.	0	0	0

561	RE 409356	Legitimidade do Ministério Pùblico para ajuizamento de ação civil pùblica que visa a anular ato administrativo com fundamento na defesa do patrimônio pùblico.	8	0	0
562	RE 685493	Indenização por dano moral decorrente de declarações pùblicas, supostamente ofensivas à honra, proferidas por Ministro de Estado no âmbito de sua atuação.	0	0	0
563	ARE 675153	Incidência do adicional de "sexta parte" sobre a integralidade dos vencimentos de servidor pùblico estadual estatutário.	381	3.801	5
564	RE 637485	Candidatura de prefeito reeleito à chefia do Poder Executivo em Municipalidade diversa e aplicação imediata de modificação jurisprudencial da Justiça Eleitoral	0	0	0
565	ARE 691306	Possibilidade de exclusão de policial militar da corporação mediante processo administrativo	0	0	0
566	ARE 652235	Realinhamento salarial de servidores pùblicos inativos, em face de modificações no regime próprio de previdência social.	0	1	0
567	ARE 690113	Preenchimento de requisitos exigidos em edital de concurso para provimento de cargo pùblico.	0	10	0
568	RE 686143	Reconhecimento, por via judicial, do direito à equivalência entre o limite máximo do salário-de-contribuição e a renda mensal inicial dos benefícios previdenciários.	0	0	0
569	RE 789874	Concurso pùblico para a contratação de empregados por pessoa jurídica que integra o chamado "Sistema S".	0	0	0
570	ARE 650806	Equiparação dos valores recebidos a título de Adicional de Local de Exercício (ALE) ou Operacional de Localidade (AOL) entre todos os policiais civis e militares da ativa.	2	328	0
571	RE 675228	Aposentadoria compulsória de titular de serventia judicial não estatizada.	0	0	0
572	RE 684169	Competência para processar e julgar causas alusivas à parcela do imposto de renda retido na fonte pertencente ao Estado-membro.	0	0	0
573	RE 640905	Ofensa aos princípios da isonomia e do livre acesso à Justiça pela Portaria 655/93, do Ministério da Fazenda.	0	0	0
574	RE 680871	Desligamento voluntário do serviço militar, antes do cumprimento de lapso temporal legalmente previsto, de oficial que ingressa na carreira por meio de concurso pùblico.	0	0	0
575	ARE 695278	Comprovação do recolhimento da contribuição previdenciária como requisito para o recebimento do seguro defeso.	0	0	0
576	ARE 683235	Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92.	115	0	0
577	ARE 689765	Ajuizamento de ação individual autônoma para pleitear o direito aos juros remuneratórios de caderneta, reconhecido em ação coletiva transitada em julgado.	0	9	0
578	RE 662423	Aplicação do lapso temporal da Emenda Constitucional 20/98 a integrante de carreira pùblica escalonada em classes que pleiteia aposentadoria, com proventos relativos ao cargo ao qual promovido, ante o implemento dos requisitos, no cargo originalmente ocupado, antes do advento da emenda em questão.	106	0	0
579	RE 581488	Melhoria do tipo de acomodação de paciente internado pelo Sistema Único de Saúde - SUS mediante o pagamento da diferença respectiva.	0	0	0
580	RE 702362	Competência para processar e julgar crime de violação de direito autoral (§ 2º do art. 184 do CP).	0	0	0
581	RE 651703	Incidência do ISS sobre atividades desenvolvidas por operadoras de planos de saúde.	25	0	0
582	RE 673707	Cabimento de habeas data para fins de acesso a informações incluídas em banco de dados denominado SINCOR – Sistema de Conta-Corrente de Pessoa Jurídica, da Receita Federal.	0	0	0
583	ARE 697514	Prescrição aplicável (total ou parcial) no âmbito da Justiça do Trabalho.	0	0	0
584	ARE 655403	Possibilidade de ingresso da Aneel e da Eletrobrás no polo passivo de ação de restituição de valores, com o deslocamento da competência para a Justiça Federal, e análise de eventual prescrição da ação.	0	3	0

585	AI 797937	Diminuição da base de cálculo de contribuições previdenciárias em decorrência de acordo celebrado em execução trabalhista.	0	0	0
586	AI 855810	Necessidade de lei em sentido formal para a fixação do valor de gratificações mensais pagas a chefes de cartório e escrivães eleitorais.	0	0	0
587	ARE 690819	Excesso de execução decorrente de eventual erro de cálculo em processo alusivo a diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários.	2	35	0
588	RE 662224	Modificação ou revogação de lei municipal mediante decreto, por alegada contrariedade a lei federal.	0	2	0
589	ARE 685029	Revisão de renda mensal de benefício previdenciário mediante aplicação dos mesmos índices utilizados para reajuste do teto do salário-de-contribuição, relativamente aos meses de junho de 1999 e maio de 2004.	0	0	0
590	RE 688223	Incidência de ISS sobre contratos de licenciamento ou de cessão de programas de computador (software) desenvolvidos para clientes de forma personalizada.	22	0	0
591	RE 659109	Extensão, às complementações de aposentadoria, de benefício concedido indistintamente aos empregados ativos em razão de acordo coletivo de trabalho.	0	0	0
592	RE 841526	Responsabilidade civil objetiva do Estado por morte de detento.	29	1	0
593	RE 330817	Imunidade tributária de livro eletrônico (e-book) gravado em CD-ROM.	11	0	0
594	RE 627294	Aplicação das regras previstas nos §§ 4º e 5º do art. 40 da Constituição Federal (redação originária) a servidor celetista aposentado ou falecido antes do advento da Lei 8.112/90.	0	0	0
595	RE 706103	Promulgação, pelo Chefe do Poder Executivo, de parte de projeto de lei que não foi vetada, antes da manifestação do Poder Legislativo pela manutenção ou pela rejeição do veto.	0	0	0
596	ARE 708403	Aplicação dos critérios de reajuste do vale-refeição dos servidores do Estado do Rio Grande do Sul aos integrantes do quadro especial decorrente da transformação da antiga CEERGS - Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul em sociedade anônima de economia mista.	0	0	0
597	RE 729884	Imposição ao INSS, nos processos em que figure como parte ré, do ônus de apresentar cálculos de liquidação do seu próprio débito.	0	0	0
598	RE 840435	Sequestro de verbas públicas para pagamento de crédito a portador de moléstia grave sem observância à regra dos precatórios.	1	0	0
599	RE 687813	Acumulação da aposentadoria por invalidez com o benefício suplementar, previsto no art. 9º da Lei 6.367/76, incorporado pela normatização do atual auxílio-acidente, a teor do que dispunha o art. 86 da Lei 8.213/91, na sua redação primitiva.	399	0	0
600	RE 710293	Equiparação do auxílio-alimentação de servidores públicos pertencentes a carreiras distintas, com fundamento no princípio da isonomia.	1	2	0
601	ARE 694450	Fixação de soldo em valor inferior a vencimento básico de referência.	0	0	0
602	RE 677730	Extensão, a servidores aposentados e pensionistas, dos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos do extinto DNER no Plano Especial de Cargos do DNIT.	0	0	0
604	ARE 683017	Restituição de valores despendidos por consumidor para a implantação de rede elétrica em propriedade rural.	0	5	0
605	ARE 685053	Percepção da Gratificação de Atividade e da Gratificação de Habilitação pelos Policiais Militares do Estado da Bahia.	0	0	0

606	RE 655283	a) reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea e consequente possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos; b) competência para processar e julgar a ação em que se discute a reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea e consequente possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos	5	0	0
607	RE 733433	Legitimidade da Defensoria Pública para propor ação civil pública em defesa de interesses difusos.	4	2	0
608	ARE 709212	Prazo prescricional aplicável à cobrança de valores não depositados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	0	0	0
609	ARE 705141	Valor do auxílio-acidente inferior ao salário mínimo.	1	1.357	0
610	ARE 686664	Incorporação de gratificação de função à remuneração de empregados públicos.	0	4	0
611	ARE 697312	Responsabilidade civil por danos morais e materiais decorrentes da negativa de cobertura por operadora de plano de saúde.	0	99	0
612	RE 658026	Constitucionalidade de lei municipal que dispõe sobre as hipóteses de contratação temporária servidores públicos.	0	7	2
613	RE 635145	Constitucionalidade do art. 362 do Código de Processo Penal (dispositivo que trata da citação por hora certa).	0	0	0
614	ARE 675505	Cobrança de tarifas e taxas acessórias, vinculadas a contratos bancários bancários (como, por exemplo, "de abertura de crédito", "de retorno", "de emissão de boleto" e "de cadastro").	0	79	2
615	RE 680089	Constitucionalidade da cobrança de ICMS, pelo Estado de destino, com base no Protocolo ICMS 21/2011 do CONFAZ, nas operações interestaduais de vendas de mercadorias a consumidor final, realizadas de forma não presencial.	0	2	0
616	RE 639856	Incidência do fator previdenciário (Lei 9.876/99) ou das regras de transição trazidas pela EC 20/98 nos benefícios previdenciários concedidos a segurados filiados ao Regime Geral até 16/12/1998.	0	0	0
617	RE 716963	Revisão judicial do ato de denegação de concessão de licença ambiental de pescador artesanal.	0	0	0
618	RE 676924	Cobrança das denominadas tarifas de demanda e de ultrapassagem, nos termos em que previstas na Resolução 456/2000, da Agência nacional de Energia Elétrica - ANEEL.	0	0	0
619	RE 662976	Aproveitamento, nas operações de exportação, de créditos de ICMS decorrentes de aquisições de bens destinados ao ativo fixo da empresa.	17	0	0
620	RE 638602	Direito ao processamento de requerimento de revalidação de diploma de graduação obtido em instituição de ensino superior estrangeira.	0	0	0
621	ARE 715088	Revogação da multa prevista no art. 600 da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como sua aplicabilidade em razão do atraso no pagamento da contribuição sindical rural.	0	0	0
622	RE 841528	Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica.	11	0	0
623	ARE 687876	Direito à indenização por danos morais e materiais decorrentes da espera excessiva em fila de instituição financeira.	0	0	0
624	RE 843102	Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo.	30	0	0
625	ARE 696101	Aplicabilidade dos juros de mora previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997 aos casos em que a Fazenda Pública é condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pelo empregador principal.	0	0	0
626	ARE 663261	Constitucionalidade da vedação à conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos, prevista nos artigos 33, § 4º, e 44, caput, da Lei 11.343/2006.	0	0	132
627	RE 658999	Acumulação de pensão decorrente de cargo de médico militar com outra pensão oriunda de cargo de médico civil.	0	0	0

628	RE 688984	Modificação, pela Administração Pública, de critérios técnicos ou econômicos estabelecidos no instrumento convocatório, no curso de procedimento licitatório.	0	0	0
629	RE 608379	Equiparação salarial de empregados de sociedade de economia mista integrantes de quadro de carreira cuja reestruturação não foi homologada pelo Ministério do Trabalho.	0	0	0
630	RE 599658	Inclusão da receita decorrente da locação de bens imóveis na base de cálculo da Contribuição ao PIS, tanto para as empresas que tenham por atividade econômica preponderante esse tipo de operação, como para as empresas em que a locação é eventual e subsidiária ao objeto social principal. Possibilidade de extensão do entendimento a ser firmado também para a Cofins.	0	0	0
631	ARE 683099	Desnecessidade de comprovação do prévio exaurimento das vias extrajudiciais de busca de bens para o deferimento de penhora eletrônica pelo denominado sistema Bacen Jud, requerida após a Lei 11.382/2006.	0	61	0
632	RE 699535	Segurança jurídica e decadência para o Instituto Nacional do Seguro Social proceder à revisão do critério de reajuste de aposentadoria e pensão por morte, em virtude de alegado erro da Administração.	0	0	0
633	RE 704815	Direito ao creditamento, após a Emenda Constitucional 42/2003, do ICMS decorrente da aquisição de bens de uso e de consumo empregados na elaboração de produtos destinados à exportação, independentemente de regulamentação infraconstitucional.	17	0	0
634	ARE 664340	Isonomia de gênero quanto ao critério de expectativa de vida adotado no cálculo do fator previdenciário.	0	0	0
635	ARE 721001	Direito de servidores públicos ativos à conversão de férias não gozadas em indenização pecuniária	42	1	0
636	RE 727281	Conversão de direito de uso de linha telefônica, adquirido antes da privatização do Sistema Telebrás, em direito acionário da nova sociedade de economia mista criada pelo Município de Londrina.	0	0	0
637	ARE 650932	Prazo prescricional relativo às ações de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho antes do advento da Emenda Constitucional 45/2004.	0	0	0
638	ARE 647651	Necessidade de negociação coletiva para a dispensa em massa de trabalhadores.	0	0	0
639	RE 675978	Definição do montante remuneratório recebido por servidores públicos, para fins de incidência do teto constitucional.	3	46	0
640	ARE 734169	Incidência dos juros de mora previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, nas ações em que a União figura como sucessora da Rede Ferroviária Federal S.A., em período anterior à referida sucessão.	0	0	0
641	ARE 699362	Delimitação da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN devido pela prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	2	69	0
642	ARE 641896	Definição do legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.	19	0	0
643	RE 723651	Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI nas operações de importação de veículos automotores por pessoa natural para uso próprio.	1	0	0
644	RE 773992	Imunidade tributária recíproca quanto ao Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU incidente sobre imóveis de propriedade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.	0	0	0
645	ARE 694294	Legitimidade processual ativa do Ministério Público para deduzir, em ação civil pública, pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes.	0	1	0
646	ARE 678112	Estabelecimento de limite de idade para inscrição em concurso público.	0	1	0
647	RE 638491	Possibilidade da decretação de perdimento de bem apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, quando não comprovada sua utilização habitual ou sua adulteração para o cometimento do crime.	0	0	0

648	RE 835558	Competência da Justiça Federal para processar e julgar crimes ambientais transnacionais.	0	0	0
649	RE 626531	Competência da Justiça Federal para processar e julgar crime de violação de sigilo de informações contidas em bancos de dados de órgãos federais, ainda que os fatos atinjam apenas a esfera jurídica de particulares.	0	0	0
650	RE 768494	Extinção da punibilidade do delito de posse irregular de arma de fogo de uso permitido, pela aplicabilidade retroativa de lei que concedeu novo prazo para registro de armas ainda não registradas.	0	0	0
651	RE 700922	Constitucionalidade das contribuições à seguridade social, a cargo do empregador produtor rural, pessoa jurídica, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, instituídas pelo artigo 25, I e II, e § 1º, da Lei 8.870/1994.	0	0	0
652	RE 717424	Possibilidade de nomeação de membro do Ministério Público Especial para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas estadual, ainda que a vaga devesse ser reservada à escolha da Assembleia Legislativa, a fim de se garantir a representatividade do Ministério Público.	0	0	0
653	RE 705423	Valor devido pela União ao Fundo de Participação dos Municípios, relativamente aos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, em face de benefícios e incentivos fiscais concedidos em relação a esses mesmos impostos.	0	0	0
654	RE 728428	Base de cálculo das horas extras e do adicional noturno prestados por policial civil do Estado de Santa Catarina.	0	14	0
655	ARE 743771	Modificação do valor fixado a título de indenização por danos morais.	9	619	0
656	RE 608588	Limites da atuação legislativa local para disciplinar as atribuições das guardas municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações do município.	3	0	0
657	ARE 739382	Responsabilidade civil por danos morais em razão de ofensa à imagem.	0	237	0
658	ARE 703595	Possibilidade de a Fazenda Pública recusar a nomeação de precatórios à penhora, em razão da ordem de preferências estabelecida na legislação processual.	0	207	0
659	RE 742578	Direito de membro do Ministério Público da União ao recebimento de ajuda de custo nos casos de remoção a pedido.	0	0	0
660	ARE 748371	Violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Extensão do entendimento ao princípio do devido processo legal e aos limites da coisa julgada.	4	6.597	0
661	RE 625263	Possibilidade de prorrogações sucessivas do prazo de autorização judicial para interceptação telefônica.	1	0	0
662	ARE 742083	Direito adquirido ao recebimento de complementação de aposentadoria calculada de acordo com as normas vigentes à época da adesão a contrato de plano de previdência privada.	0	23	0
663	ARE 748444	Incidência do fator previdenciário sobre período trabalhado em condições especiais convertido em tempo de serviço comum para o cálculo de aposentadoria por tempo de contribuição.	0	0	0
664	RE 662406	Extensão da GDATFA aos servidores inativos no mesmo patamar pago aos servidores em atividade. Fixação do termo final dessa equiparação.	0	0	0
665	RE 578846	Constitucionalidade das modificações efetuadas na base de cálculo e na alíquota da contribuição ao PIS, destinada à composição do Fundo Social de Emergência e devida pelos contribuintes a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei 8.212/1991, no período de vigência do art. 72, V, do ADCT.	0	0	0
666	RE 669069	Imprescritibilidade das ações de ressarcimento por danos causados ao erário, ainda que o prejuízo não decorra de ato de improbidade administrativa.	38	15	0
667	RE 642895	Legitimidade da reestruturação de quadro funcional por meio de aglutinação, em uma única carreira, de cargos anteriormente providos em carreiras diferenciadas, sem a observância do concurso público.	0	0	0

668	RE 669196	Declaração de inconstitucionalidade de norma prevista em resolução do Comitê Gestor do Programa de Recuperação Fiscal — que regulamentou a forma de notificação de contribuinte sobre sua exclusão do Refis — após julgamento do Supremo Tribunal Federal que concluiu pela natureza infraconstitucional da controvérsia.	0	0	0
669	RE 718874	Validade da contribuição a ser recolhida pelo empregador rural pessoa física sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, nos termos do art. 1º da Lei 10.256/2001.	0	0	0
670	RE 719870	Nulidade de acórdão, proferido em controle abstrato de constitucionalidade estadual, por falta de fundamentação quanto à compatibilidade dos cargos em comissão, criados por lei municipal, com as atribuições de direção, chefia e assessoramento.	3	0	0
671	RE 724347	Direito de candidatos aprovados em concurso público a indenização por danos materiais em razão de alegada demora na nomeação, efetivada apenas após o trânsito em julgado de decisão judicial que reconheceu o direito à investidura.	0	19	0
672	RE 638307	Recebimento, por ex-vereadores, de pensão vitalícia estabelecida por lei municipal anterior à Constituição de 1988.	1	0	0
673	ARE 750489	Prazo prescricional aplicável às execuções individuais de sentença prolatada em processo coletivo.	0	4	0
674	RE 759244	Aplicabilidade da imunidade referente às contribuições sociais sobre as receitas decorrentes de exportação intermediada por empresas comerciais exportadoras (“trading companies”).	0	0	0
675	ARE 738109	Suspensão de ação individual em razão da existência de ação coletiva.	0	1	0
676	RE 636199	Situação dos terrenos de marinha localizados em ilhas costeiras com sede de município, após o advento da Emenda Constitucional 46/2005.	0	0	0
677	RE 688001	Incidência do imposto de renda sobre os valores recebidos por servidor público a título de abono de permanência.	0	3	0
678	RE 758461	Incidência da inelegibilidade prevista no art. 14, § 7º, da Constituição federal e na Súmula Vinculante 18, nos casos em que a dissolução da sociedade conjugal ocorre em razão da morte, durante o curso do mandato, do cônjuge anteriormente eleito.	0	0	0
679	RE 607447	Validade da exigência do depósito recursal como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário na Justiça do Trabalho.	0	0	0
680	ARE 728188	Legitimidade do Ministério Público Eleitoral para recorrer de decisão que defere registro de candidatura, ainda que não haja apresentado impugnação ao pedido inicial.	0	0	0
681	RE 632084	Utilização do salário mínimo como indexador para fins de correção monetária no período anterior ao advento da Lei 4.357/1964.	0	0	0
682	ARE 743480	Reserva de iniciativa de leis que impliquem redução ou extinção de tributos ao Chefe do Poder Executivo.	0	1	0
683	RE 766304	Reconhecimento de direito à nomeação de candidato preterido, quando ajuizada a ação após o prazo de validade do concurso.	5	0	0
684	RE 659412	Incidência do PIS e da COFINS sobre a receita advinda da locação de bens móveis.	0	0	0
685	RE 727851	Extensão da imunidade tributária recíproca ao IPVA de veículos adquiridos por município no regime da alienação fiduciária.	0	0	0
686	RE 745811	Emenda parlamentar que implica aumento de despesa em projeto de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.	0	0	0
687	ARE 717898	Promoção de policiais militares ao grau hierarquicamente superior quando transferidos para a reserva remunerada.	0	1	0
688	RE 756915	Incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre serviços de registro público, cartorários e notariais.	0	17	2

689	RE 748543	Possibilidade de o estado de origem cobrar ICMS sobre a operação interestadual de fornecimento de energia elétrica a consumidor final, para emprego em processo de industrialização.	0	0	0
690	RE 597396	Direito de magistrados aposentados continuarem percebendo o adicional de 20% previsto no art. 184, II, da Lei 1.711/1952 após a adoção do subsídio como forma remuneratória.	0	0	0
691	RE 626837	Submissão dos entes federativos ao pagamento de contribuição previdenciária patronal incidente sobre a remuneração dos agentes políticos não vinculados a regime próprio de previdência social, após o advento da Lei 10.887/2004.	0	0	0
692	ARE 748445	Possibilidade de o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) fixar por resolução os valores das taxas pela expedição de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).	0	0	0
693	RE 767332	Incidência do IPTU sobre lotes vagos de propriedade de instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.	7	129	0
694	RE 781926	Possibilidade de creditamento de ICMS em operação de aquisição de matéria-prima gravada pela técnica do diferimento.	0	0	0
695	ARE 778547	Inclusão do décimo terceiro salário no cálculo do salário de benefício para apuração da Renda Mensal Inicial (RMI).	0	0	0
696	RE 666404	Validade da destinação de recursos advindos da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública também ao melhoramento e à expansão da rede.	90	0	0
697	RE 740008	Constitucionalidade de lei que, ao aumentar a exigência de escolaridade em cargo público, para o exercício das mesmas funções, determina a gradual transformação de cargos de nível médio em cargos de nível superior e assegura isonomia remuneratória aos ocupantes dos cargos em extinção, sem a realização de concurso público.	1	0	0
698	RE 684612	Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção.	6	0	0
699	RE 612686	Incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as receitas decorrentes das aplicações financeiras dos fundos fechados de previdência complementar e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre os resultados apurados pelos referidos fundos.	0	0	0
700	RE 634764	Constitucionalidade da incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre a atividade de exploração de jogos e apostas — tais como a venda de bilhetes, de pules ou de cupons de apostas — e a validade da base de cálculo utilizada.	0	0	0
701	ARE 787379	Possibilidade de extensão, aos trabalhadores rurais, do seguro-desemprego concedido aos pescadores artesanais pela Lei federal 10.779/2003 (seguro-defeso).	0	0	0
702	RE 764332	Incidência do adicional por tempo de serviço (quinquênio) sobre a integralidade dos vencimentos de servidor público.	1.894	16.488	0
703	RE 603116	Reserva de lei para instituir sanções de detenção e prisão disciplinares aplicáveis aos militares.	0	0	0
704	RE 627432	Constitucionalidade da denominada “cota de tela”, consistente na obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nos cinemas brasileiros, e das sanções administrativas decorrentes da inobservância da cota.	0	0	0
705	ARE 668974	Possibilidade de compensação do ICMS incidente sobre a prestação de serviço de comunicação em relação à qual houve inadimplência absoluta do usuário.	0	0	0
706	ARE 794364	Possibilidade de concessão da Gratificação de Atividade de Ensino Especial (GAEE), prevista na Lei distrital 4.075/2007, aos professores da rede pública que lecionam disciplinas para turmas mistas, que incluem um ou alguns alunos portadores de necessidades educativas especiais.	0	0	0

707	RE 698531	Validade da restrição do direito a créditos da contribuição ao PIS apenas quanto aos bens, serviços, custos e despesas relacionados a negócios jurídicos contratados com pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil.	11	0	0
708	ARE 784682	Possibilidade de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em estado diverso daquele em que o contribuinte mantém sua sede ou domicílio tributário.	308	0	0
709	RE 788092	Possibilidade de percepção do benefício da aposentadoria especial na hipótese em que o segurado permanece no exercício de atividades laborais nocivas à saúde.	0	0	0
710	ARE 792107	Possibilidade de o Poder Judiciário determinar o cumprimento de lei complementar estadual que, sem prévia dotação orçamentária, concedeu reajuste salarial a servidores públicos.	0	0	0
711	ARE 777323	Possibilidade de percepção, por servidor público de universidade estadual, da denominada Vantagem Promoção (VPRO), referente a período retroativo no qual a regulamentação da gratificação permaneceu suspensa.	0	12	0
712	ARE 666334	Possibilidade, em caso de condenação pelo delito de tráfico de drogas, de valoração da quantidade e da natureza da droga apreendida, tanto para a fixação da pena-base quanto para a modulação da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006.	0	132	14
713	ARE 773765	Necessidade de representação da ofendida, como condição de procedibilidade da ação penal, em caso de crime de lesão corporal praticado contra a mulher no âmbito doméstico e familiar.	0	5	0
714	RE 790799	Concessão de isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na aquisição de veículos automotores por portadores de deficiência física não elencada na legislação estadual correlata.	0	31	0
715	ARE 796473	Limites territoriais da eficácia de decisão prolatada em ação coletiva.	122	851	0
716	ARE 790813	Possibilidade de limitação à liberdade de expressão artística e de imprensa, no tocante às publicações destinadas ao público adulto, em face do princípio do sentimento religioso.	0	1	0
717	RE 696740	Possibilidade de regularização da situação funcional de servidor da Polícia Federal nomeado por força de decisão judicial e após aprovação em curso de formação, independentemente do resultado final da ação judicial que lhe garantiu continuidade no certame público, tendo em vista a existência de decisão administrativa que assegurou a nomeação e a posse de outros candidatos em situação similar.	0	0	0
718	ARE 799718	Controvérsia acerca da natureza jurídica de reajuste concedido a servidores públicos, se revisão geral anual ou reestruturação da carreira, para fins de repercussão sobre as vantagens pessoais nominalmente identificadas – VPNI.	0	0	0
719	ARE 800721	Possibilidade de se emprestar o caráter de revisão geral anual à vantagem pecuniária individual concedida a servidores públicos federais pela Lei 10.698/2003.	0	0	0
720	ARE 802082	Incidência do imposto de renda sobre os valores recebidos por servidor público a título de horas de sobreaviso.	0	0	0
721	RE 789218	Constitucionalidade de taxa cobrada em razão da expedição de guias de recolhimento de tributos.	0	0	0
722	RE 726035	Competência para julgar mandado de segurança impetrado contra ato de dirigente de sociedade de economia mista federal.	0	0	0
723	RE 761263	Validade da contribuição a ser recolhida pelo produtor rural pessoa física que desempenha suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção.	0	0	0
724	ARE 799908	Promoção ao oficialato dos militares anistiados que integraram os quadros de praças.	0	0	0
725	ARE 713211	Terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa.	0	0	0

726	RE 675608	Montante da complementação de pensão devida aos pensionistas de ex-ferroviários da extinta Rede Ferroviária Federal – RFFSA.	0	1	0
727	RE 797905	Definição da legitimidade passiva ad causam e, portanto, da competência para julgar o mandado de injunção impetrado por servidores públicos municipais, estaduais e distritais em que se pretende a declaração de mora legislativa para edição da lei complementar relativa à disciplina da aposentadoria especial de servidor público, a que alude o § 4º do art. 40 da Constituição federal.	0	58	6
728	ARE 808107	Constitucionalidade dos índices de correção monetária aplicados para reajustar os benefícios previdenciários nos anos de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.	0	0	0
729	ARE 784854	Incidência do imposto de renda sobre os valores recebidos a título de Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (GACEN).	0	0	0
730	RE 774927	Base de cálculo de vantagem devida a servidores públicos em razão da prestação de serviços em regime de plantão e de sobreaviso.	0	0	0
731	ARE 728181	Possibilidade de obtenção de quitação eleitoral mediante mera apresentação das contas de campanha, ainda que não aprovadas.	0	0	0
732	RE 647885	Constitucionalidade de dispositivo legal que prevê sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional em razão do inadimplemento de anuidades devidas à entidade de classe.	0	0	0
733	RE 730462	Eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado.	0	5	0
734	RE 657871	Retroatividade de lei posterior mais benéfica quanto à sanção de natureza administrativa aplicada em decorrência da prática de infração de trânsito.	0	2	0
735	ARE 808524	Direito à nomeação de candidato aprovado em concurso público em face de posteriores contratações temporárias, nas hipóteses em que não fica comprovada a preterição.	0	2	0
736	RE 796939	Constitucionalidade da multa prevista no art. 74, §§ 15 e 17, da Lei 9.430/1996 para os casos de indeferimento dos pedidos de resarcimento e de não homologação das declarações de compensação de créditos perante a Receita Federal.	0	0	0
737	RE 759518	Possibilidade de vinculação de pensões e de proventos de aposentadoria de servidores públicos efetivos com subsídios de agentes políticos.	0	0	0
738	RE 795467	Necessidade de registro na Ordem dos Músicos do Brasil – OMB e do pagamento de anuidades à referida autarquia para o exercício da profissão de músico.	0	0	0
739	ARE 791932	Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário.	0	0	0
740	ARE 808726	Competência para processar e julgar causas relativas a prestações por parte da Assistência Multidisciplinar de Saúde – AMS, oferecida pela Petrobras a seus empregados e respectivos dependentes.	0	0	0
741	RE 769254	Validade da exigência do INSS de prévio agendamento para o atendimento de advogados e da restrição a um único requerimento de benefício previdenciário por atendimento.	0	0	0
742	RE 774458	Estipulação legal de valor mínimo para a propositura de execuções fiscais referentes a contribuições devidas aos conselhos profissionais.	0	0	0
743	RE 770149	Possibilidade de município cuja Câmara Municipal está em débito com a Fazenda Nacional obter certidão positiva de débito com efeito de negativa – CPDEN.	0	0	0
744	RE 633345	Constitucionalidade do art. 8º, § 9º, I e II, da Lei 10.865/2004, que estabeleceu alíquotas da Contribuição ao PIS-Importação e da COFINS-Importação mais elevadas para as importadoras de autopeças que não sejam fabricantes de máquinas e veículos.	0	0	0

745	RE 714139	Alcance do art. 155, § 2º, III, da Constituição federal, que prevê a aplicação do princípio da seletividade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.	3	0	0
746	RE 764620	Equiparação do valor do auxílio-alimentação pago aos servidores públicos da Justiça Federal de Santa Catarina ao valor percebido por outros servidores públicos federais, tomados como paradigma.	0	0	0
747	RE 655466	Cabimento de reclamação para o Superior Tribunal de Justiça por alegada usurpação de sua competência por Tribunal de Justiça estadual.	0	0	0
748	RE 806190	Constitucionalidade do art. 31 da Lei 8.880/1994, que previu indenização adicional equivalente a cinquenta por cento da última remuneração recebida pelo empregado no caso de demissão sem justa causa durante o período de vigência da URV.	0	0	0
749	RE 729011	Possibilidade de aplicação de índices negativos para fins de correção monetária do valor devido a título de verba salarial.	0	0	0
750	RE 731333	Incorporação do Adicional de Local de Exercício – ALE aos vencimentos dos policiais militares do Estado de São Paulo.	9	1.363	0
751	ARE 808997	Possibilidade de cálculo proporcional do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho – GDASST nos casos de aposentadoria proporcional.	0	0	0
752	RE 753681	Legitimidade do consumidor final para propor ação de repetição de indébito tributário relativo a valores do ICMS incidente sobre a demanda contratada de energia elétrica.	0	3	0
753	ARE 815188	Incorporação do valor integral da Gratificação de Atividade Policial – GAP ao salário-base dos policiais militares do Estado de São Paulo.	1	159	0
754	ARE 791475	Eficácia temporal do art. 6º-A da Emenda Constitucional 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional 70/2012, que reestabeleceu a integralidade e a paridade de proventos para os servidores públicos aposentados por invalidez permanente decorrente de doença grave.	1	0	0
755	ARE 723307	Possibilidade de fracionamento da execução pecuniária contra a Fazenda Pública para que parte do valor devido seja pago antes do trânsito em julgado, mediante complemento positivo.	4	0	0
756	RE 841979	Alcance do art. 195, § 12, da Constituição federal, que prevê a aplicação do princípio da não-cumulatividade à Contribuição ao PIS e à COFINS.	0	0	0
757	RE 808424	Possibilidade de cancelamento automático da inscrição em conselho profissional em decorrência de inadimplência da anuidade, sem prévio processo administrativo.	0	0	0
758	RE 776823	Necessidade de condenação com trânsito em julgado para se considerar como falta grave, no âmbito administrativo carcerário, a prática de fato definido como crime doloso.	0	0	0
759	ARE 745901	Incidência de contribuição previdenciária sobre a verba recebida por empregado a título de aviso prévio indenizado.	0	0	0
760	RE 630643	Competência da Justiça Federal comum para processar e julgar causas em que se discute o direito de servidores estatutários do extinto Departamento de Correios e Telégrafos optantes pelo regime celetista à percepção de quinquênios completados anteriormente à opção.	0	0	0
761	RE 670422	Possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de transexual, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.	1	0	0
762	RE 820729	Validade de norma coletiva de trabalho que fixa limite ao pagamento de horas in itinere inferior à metade do que seria devido em relação ao tempo efetivamente gasto pelo trabalhador no trajeto até o local do serviço.	0	0	0
763	RE 786540	Possibilidade de aplicação da aposentadoria compulsória ao servidor público ocupante exclusivamente de cargo em comissão, assim como a possibilidade de o servidor efetivo aposentado compulsoriamente vir a assumir cargos ou funções comissionadas.	0	0	0

764	ARE 821480	Possibilidade de servidores que passaram a integrar quadro especial em extinção receberem reajustes remuneratórios de acordo a Lei estadual 13.444/2010.	0	0	0
765	RE 770821	Absorção da parcela remuneratória denominada Vencimento Básico Complementar – VBC, prevista na Lei 11.091/2005, que estruturou o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos da Educação – PCCTAE.	0	0	0
766	ARE 821296	Verificação dos requisitos legais necessários para concessão de benefício previdenciário.	0	1	0
767	ARE 820903	Extensão do adicional noturno a professores públicos estaduais, na forma em que foi previsto no estatuto dos servidores públicos civis do estado.	0	0	0
768	ARE 823347	Possibilidade de execução das decisões de condenação patrimonial proferidas pelos Tribunais de Contas por iniciativa do Ministério Público, atuante ou não junto às Cortes de Contas, seja federal, seja estadual.	1	0	0
769	RE 823319	Restituição de valores referentes à parcela denominada comissão de corretagem cobrada de consumidor que adquire imóvel diretamente de construtora ou de incorporadora.	1	17	0
770	RE 819641	Possibilidade de condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios nas execuções não embargadas, nos casos em que a parte exequente renuncia aos valores excedentes a quarenta salários mínimos, a fim de possibilitar o pagamento por meio de requisição de pequeno valor – RPV.	0	0	0
771	ARE 704520	Constitucionalidade da redução dos valores de indenização do Seguro DPVAT pela Medida Provisória 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007.	1	157	0
772	ARE 703550	Possibilidade de conversão de tempo de serviço especial prestado na atividade de magistério em tempo de serviço comum, após a Emenda Constitucional 18/1981.	0	0	0
773	RE 814204	Incidência de contribuição previdenciária sobre a Gratificação Especial de Localidade – GEL, transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI.	0	0	0
774	RE 827538	Competência legislativa, se privativa da União ou concorrente, para adoção de política pública dirigida a compelir concessionária de energia elétrica a promover investimentos, com recursos de parcela da receita operacional auferida, voltados à proteção e à preservação ambiental de mananciais hídricos em que ocorrer a exploração.	0	0	0
775	RE 598650	Competência da Justiça Federal para processar e julgar ação rescisória proposta pela União, na qualidade de terceira interessada, visando rescindir decisão proferida por juiz estadual.	0	0	0
776	ARE 837041	Regulamentação do pagamento de adicional noturno para servidor público estadual.	0	0	0
777	RE 842846	Responsabilidade civil do Estado em decorrência de danos causados a terceiros por tabeliões e oficiais de registro no exercício de suas funções.	3	1	0
778	RE 845779	Possibilidade de uma pessoa, considerados os direitos da personalidade e a dignidade da pessoa humana, ser tratada socialmente como se pertencesse a sexo diverso do qual se identifica e se apresenta publicamente.	0	0	0
779	RE 808202	Aplicabilidade do teto constitucional à remuneração de substitutos (interinos) designados para o exercício de função notarial e registral em serventias extrajudiciais.	0	0	0
780	ARE 840432	Legitimidade do conhecimento de ofício da incompetência para o julgamento de execução fiscal na hipótese de inobservância do art. 578 do Código de Processo Civil.	0	0	0
781	RE 843455	Aplicabilidade do prazo de desincompatibilização de 6 meses previsto no art. 14, § 7º, da Constituição Federal às eleições suplementares.	0	0	0
782	RE 778889	Possibilidade de lei instituir prazos diferenciados de licença-maternidade às servidoras gestantes e às adotantes.	3	0	0
783	ARE 840920	Possibilidade de arbitramento de honorários advocatícios no curso de execução provisória.	0	48	0

784	RE 837311	Direito à nomeação de candidatos aprovados fora do número de vagas previstas no edital de concurso público no caso de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do certame.	6	6	0
785	ARE 849328	Possibilidade de adesão ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) após a formalização de contrato de financiamento estudantil com o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior).	0	0	0
786	ARE 833248	Aplicabilidade do direito ao esquecimento na esfera civil quando for invocado pela própria vítima ou pelos seus familiares.	1	0	0
787	ARE 848240	Validade da aplicação da Taxa Referencial - TR como índice de correção monetária dos depósitos efetuados na conta vinculada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.	0	0	0
788	ARE 848107	Termo inicial para a contagem da prescrição da pretensão executória do Estado: a partir do trânsito em julgado para a acusação ou a partir do trânsito em julgado para todas as partes.	0	0	0
789	ARE 849397	Incorporação do percentual de 50% da parcela autônoma ao vencimento básico de professores estaduais.	0	0	0
790	RE 793634	Possibilidade de o abono variável, deferido a membros da magistratura federal, compor a base de cálculo da gratificação eleitoral devida a membros do Ministério Público.	0	0	0
791	RE 855026	Isenção da Taxa de Coleta de Lixo de imóveis do Programa de Arrendamento Residencial (PAR).	0	0	0
792	RE 729107	Possibilidade de aplicação da Lei distrital 3.624/2005, que reduziu para 10 salários mínimos o teto para expedição de requisição de pequeno valor, às execuções em curso.	0	0	0
793	RE 855178	Responsabilidade da União de fornecer medicamentos diretamente à população.	1.986	0	0
794	RE 700164	tema cancelado	0	0	0
795	ARE 859878	Validade do cálculo do valor da verba denominada Complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime paga aos empregados da Petrobrás, descrita na Cláusula 35ª do Acordo Coletivo de Trabalho de 2007/2009, mediante a subtração, no valor desse complemento, dos adicionais inerentes ao trabalho em condições especiais.	0	0	0
796	RE 796376	Alcance da imunidade tributária do ITBI, prevista no art. 156, § 2º, I, da Constituição, sobre imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, quando o valor total desses bens excederem o limite do capital social a ser integralizado.	6	0	0
797	ARE 836819	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9.099/1995 em matéria de indenização decorrente de acidente de trânsito.	0	107	0
798	ARE 837318	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão de Juizado Especial Cível da Lei 9.099/1995 em matéria de revisão contratual.	0	79	0
799	ARE 722421	Possibilidade da devolução de valores recebidos em virtude de tutela antecipada posteriormente revogada.	0	12	0
800	ARE 835833	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9.099/1995 em matéria de responsabilidade pelo adimplemento de obrigação assumida em contrato de direito privado.	0	275	0
801	RE 816830	Constitucionalidade da incidência da contribuição destinada ao SENAR sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, nos termos do art. 2º da Lei 8.540/1992, com as alterações posteriores do art. 6º da Lei 9.528/1997 e do art. 3º da Lei 10.256/2001.	0	0	0
802	ARE 867326	Indenização por danos morais decorrentes da inscrição de consumidor em sistema de avaliação de crédito denominado ;Concentre Scoring; (ou ;Credit Scoring; ou ;Credscore;), instituído e mantido pelo SERASA.	0	6	0
803	ARE 870776	Paridade remuneratória entre os militares do antigo e do atual Distrito Federal.	0	0	0

804	ARE 871499	Natureza jurídica do aumento remuneratório conferido pela Lei 8.369/2006 do Estado do Maranhão: se de revisão geral anual ou não.	0	0	0
805	ARE 868457	Legitimidade da definição da data de entrada do requerimento administrativo como marco temporal dos efeitos financeiros da revisão de benefício previdenciário.	0	0	0
806	ARE 665632	Equiparação de vencimentos entre militares das Forças Armadas e policiais e bombeiros militares do Distrito Federal.	0	0	0
807	ARE 865645	Preenchimento dos requisitos para concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da Constituição Federal.	0	0	0
808	RE 855091	Incidência de imposto de renda sobre juros de mora recebidos por pessoa física.	3	0	0
809	RE 878694	Validade de dispositivos do Código Civil que atribuem direitos sucessórios distintos ao cônjuge e ao companheiro.	16	0	0
810	RE 870947	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.	11.307	0	0
811	ARE 859251	a) Cabimento de ação penal privada subsidiária da pública após o decurso do prazo previsto no art. 46 do Código de Processo Penal, na hipótese de o Ministério Público não oferecer denúncia, promover o arquivamento ou requisitar diligências externas no prazo legal; b) Ocorrência de prejudicialidade da queixa quando o Ministério Público, após o prazo legal para propositura da ação penal (art. 46 do CPP), oferecer denúncia, promover o arquivamento do inquérito ou determinar a realização de diligências externas.	0	0	0
812	RE 751526	Quantificação da condenação em honorários advocatícios nas ações previdenciárias: incidência ou não de verba honorária sobre as prestações vencidas após a prolação da sentença.	0	0	0
813	ARE 881383	Ocorrência de redução dos proventos de servidor público inativo em virtude da alteração do regime do magistério estadual e do posterior reenquadramento funcional.	0	0	0
814	ARE 876982	Base de cálculo da Gratificação de Insalubridade paga aos servidores públicos das universidades estaduais do Paraná.	0	0	0
815	RE 422349	Possibilidade de legislação infraconstitucional obstar o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana, previsto no art. 183 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de módulos urbanos na área em que situado o imóvel.	0	3	0
816	RE 882461	a) Incidência do ISSQN em operação de industrialização por encomenda, realizada em materiais fornecidos pelo contratante, quando referida operação configura etapa intermediária do ciclo produtivo de manutenção, limpeza e fiação de resíduos fáceis.	25	0	0
817	RE 851421	Possibilidade de os Estados e o Distrito Federal, mediante consenso alcançado no CONFAZ, perdoar dívidas tributárias surgidas em decorrência do gozo de benefícios fiscais, implementados no âmbito da chamada guerra fiscal do ICMS, reconhecidos como constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.	14	0	0
818	RE 858075	Controle judicial relativo ao descumprimento da obrigação dos entes federados na aplicação dos recursos orçamentários mínimos na área da saúde, antes da edição da lei complementar referida no art. 198, § 3º, da Constituição.	0	0	0
819	RE 881502	Indenização por danos materiais decorrentes da demora do Poder Público em avaliar o desempenho de servidores para o fim de pagamento de gratificação de desempenho.	0	0	0
820	RE 860508	a) Competência para processar e julgar conflitos entre juizado especial federal e juízo estadual no exercício da competência federal delegada; b) Pressuposto fático para a incidência do art. 109, § 3º, da Lei Maior: a inexistência de juízo federal no município ou a inexistência de juízo federal na comarca onde reside o segurado ou beneficiário do INSS.	0	0	0
821	ARE 842157	Possibilidade de fixação de pensão alimentícia com base no salário mínimo.	0	1	0

822	RE 888815	Possibilidade de o ensino domiciliar (homeschooling), ministrado pela família, ser considerado meio lícito de cumprimento do dever de educação, previsto no art. 205 da Constituição Federal.	0	0	0
823	RE 883642	Legitimidade dos sindicatos para a execução de título judicial, independentemente de autorização dos sindicalizados.	0	3	0
824	ARE 888938	Índice de reajuste aplicável aos benefícios previdenciários a fim de preservar o seu valor real.	0	0	0
825	RE 851108	Possibilidade de os Estados-membros fazerem uso de sua competência legislativa plena, com fulcro no art. 24, § 3º, da Constituição e no art. 34, § 3º, do ADCT, ante a omissão do legislador nacional em estabelecer as normas gerais pertinentes à competência para instituir o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, nas hipóteses previstas no art. 155, § 1º, III, a e b, da Lei Maior.	41	0	0
826	ARE 884325	Verificação da ocorrência de dano e consequente responsabilidade da União pela eventual fixação de preços dos produtos do setor sucroalcooleiro em valores inferiores ao custo de produção.	0	0	0
827	RE 912888	Incidência de ICMS sobre o valor pago a título de assinatura básica mensal pelo serviço de telefonia.	0	0	0
828	ARE 891653	Obrigatoriedade de inclusão da Caixa Econômica Federal como litisconsorte passiva necessária, e consequente competência da Justiça Federal para julgar a demanda, em ação de indenização por vícios na construção de imóvel adquirido no âmbito do programa governamental Minha Casa, Minha Vida.	0	0	0
829	RE 838284	Validade da exigência da taxa para expedição da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), baseada na Lei 6.994/1982, que estabeleceu limites máximos para a ART.	0	0	0
830	RE 632265	Possibilidade de o regime de apuração e recolhimento do ICMS ser disciplinado por decreto.	0	2	0
831	RE 889173	Obrigatoriedade de pagamento, mediante o regime de precatórios, dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva.	2	0	0
832	RE 865401	Direito de vereador, enquanto parlamentar e cidadão, a obter diretamente do chefe do Poder Executivo informações e documentos sobre a gestão municipal.	0	0	0
833	RE 852796	Constitucionalidade da expressão “de forma não cumulativa” constante no caput do art. 20 da Lei 8.212/1991, o qual prevê a sistemática de cálculo da contribuição previdenciária devida pelo segurado empregado e pelo trabalhador avulso.	0	0	0
834	RE 892961	Validade da cobrança de serviços e comissões, notadamente o Serviço de Assessoria Técnica Imobiliária - SATI, previstos em contrato de compra e venda de imóveis entre consumidores e construtora ou incorporadora.	8	2	0
835	RE 848826	Definição do órgão competente, se o Poder Legislativo ou o Tribunal de Contas, para julgar as contas de Chefe do Poder Executivo que age na qualidade de ordenador de despesas.	0	0	0
836	ARE 824781	Exigência de comprovação de prejuízo material aos cofres públicos como condição para a propositura de ação popular.	0	2	0
837	RE 662055	Definição dos limites da liberdade de expressão em contraposição a outros direitos de igual hierarquia jurídica - como os da inviolabilidade da honra e da imagem - e estabelecimento de parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida e/ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais, ou ainda a outras consequências jurídicas.	11	0	0
838	RE 898450	Constitucionalidade da proibição, contida em edital de concurso público, de ingresso em cargo, emprego ou função pública para candidatos que tenham certos tipos de tatuagem em seu corpo.	6	1	0

839	RE 817338	a) Possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta ao texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/1999. b) Saber se portaria que disciplina tempo máximo de serviço de militar atende aos requisitos do art. 8º do ADCT.	0	0	0
840	RE 683621	Definição do alcance do art. 53, V, do ADCT, notadamente da expressão “serviço efetivo, em qualquer regime jurídico”, considerada a garantia do direito adquirido.	0	0	0
841	ARE 679137	Constitucionalidade do art. 114, § 2º, da Constituição Federal, alterado pela EC 45/2004, que prevê a necessidade de comum acordo entre as partes como requisito para o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica.	0	0	0
842	RE 855649	Incidência de Imposto de Renda sobre os depósitos bancários considerados como omissão de receita ou de rendimento, em face da previsão contida no art. 42 da Lei 9.430/1996.	0	0	0
843	RE 835818	Possibilidade de exclusão da base de cálculo do PIS e da COFINS dos valores correspondentes a créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal.	0	0	0
844	RE 398365	Possibilidade de creditamento de IPI pela aquisição de insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero.	0	0	0
845	ARE 900968	Indenização por danos decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por empresa prestadora de serviço público.	1	7	0
846	RE 878313	Constitucionalidade da manutenção de contribuição social após atingida a finalidade que motivou a sua instituição.	0	0	0
847	RE 887671	Definição dos limites à atuação do Poder Judiciário quanto ao preenchimento de cargo de defensor público em localidades desamparadas.	0	0	0
848	ARE 901963	Legitimidade ativa para a execução de sentença condenatória genérica proferida nos autos de ação civil pública promovida por associação da qual o exequente não fazia parte à época da propositura da demanda de conhecimento.	297	1.286	0
849	RE 738481	Competência municipal para legislar acerca da obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios.	0	0	0
850	RE 643978	Legitimidade do Ministério Público para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos relacionados ao FGTS, tendo em vista a vedação contida no art. 1º, parágrafo único, da Lei 7.347/1985.	0	0	0
851	ARE 903171	Direito de servidores estaduais optantes do regime de pagamento anterior à Lei 18.975/2010 do Estado de Minas Gerais ao aumento de 5% conferido aos servidores que optaram pelo regime de subsídio.	0	0	0
852	ARE 906569	Avaliação judicial de critérios para a caracterização de trabalho especial, para fins de reconhecimento de aposentadoria especial ou de conversão de tempo de serviço, nos termos dos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991.	0	0	0
853	ARE 743485	Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar reclamação trabalhista, fundada em contrato de trabalho regido pela CLT, na qual figura o Poder Público no polo passivo.	2	0	0
854	ARE 906491	Possibilidade de implementação da prestação de serviço público de transporte coletivo, considerado o art. 175 da Constituição Federal, mediante simples credenciamento, sem licitação.	0	0	0
855	RE 806339	Definição do alcance do art. 5º, XVI, da Constituição Federal, notadamente da exigência de aviso prévio à autoridade competente como pressuposto para o legítimo exercício da liberdade de reunião.	0	0	0

856	ARE 914045	a) Necessidade de submissão de demanda judicial à regra da reserva de plenário na hipótese em que a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal ou em Súmula deste Tribunal; b) Constitucionalidade de restrições impostas pelo Estado ao livre exercício de atividade econômica ou profissional, quando aquelas forem utilizadas como meio de cobrança indireta de tributos.	1	50	0
857	ARE 901623	Tipicidade da conduta de portar arma branca, considerada a ausência da regulamentação exigida no tipo do art. 19 da Lei das Contraventões Penais.	0	0	0
858	ARE 780152	Aptidão, ou não, da ação civil pública para afastar a coisa julgada, em particular quando já transcorrido o biênio para o ajuizamento da rescisória.	0	0	0
859	RE 678162	Competência para processar e julgar ações de insolvência civil nas quais haja interesse da União, entidade autárquica ou empresa pública federal.	0	0	0
860	ARE 785068	Possibilidade de aplicação do prazo de 8 anos de inelegibilidade por abuso de poder previsto na Lei Complementar 135/2010 às situações anteriores à referida lei em que, por força de decisão transitada em julgado, o prazo de inelegibilidade de 3 anos aplicado com base na redação original do art. 1º, I, d, da Lei Complementar 64/1990 houver sido integralmente cumprido.	0	0	0
861	ARE 907209	Natureza jurídica de direitos: se individuais homogêneos ou heterogêneos.	0	0	0
862	ARE 911161	Termo inicial da contagem do prazo para apresentação de defesa no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.	0	0	0
863	RE 736090	Limites da multa fiscal qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório.	54	0	0
864	RE 905357	Alcance e vigência das Leis 331/2002 e 339/2002 do Estado de Roraima.	0	0	0
865	RE 922144	Compatibilidade da garantia da justa e prévia indenização em dinheiro (CF/88, art. 5º, XXIV) com o regime de precatórios (CF/88, art. 100).	0	0	0
866	ARE 919285	Legitimidade da revisão de contrato já extinto.	0	0	0
867	ARE 910351	Pagamento de férias fora do prazo do art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho: direito ou não à remuneração de férias em dobro.	0	0	0
868	ARE 842214	Obrigatoriedade, ou não, de o Estado do Rio de Janeiro prestar assistência médico-hospitalar aos militares do estado, independentemente de contribuição.	0	0	0
869	ARE 927467	Indenização por dano moral em virtude de inadimplemento de cláusula contratual.	0	13	0
870	ARE 907777	midade do Município de Mossoró/RN para figurar no polo passivo de demanda visando à complementação de aposentadoria.	0	0	0
871	ARE 921694	Base de cálculo da Gratificação de Difícil Acesso devida aos servidores públicos estaduais do quadro da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul que preencham os requisitos legais.	0	0	0
872	RE 606010	Constitucionalidade da exigência de multa por ausência ou atraso na entrega de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, prevista no art. 7º, II, da Lei 10.426/2002, apurada mediante percentual a incidir, mês a mês, sobre os valores dos tributos a serem informados.	0	0	0
873	ARE 925754	Compatibilidade da execução individual de sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva com o art. 100, § 8º, da Constituição Federal.	0	0	0
874	RE 917285	Constitucionalidade do parágrafo único do art. 73 da Lei 9.430/1996, com a redação dada pela Lei 12.844/2013, que prevê a possibilidade de o Fisco, aproveitando o ensejo da restituição ou do resarcimento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, proceder à compensação, de ofício, com débitos não parcelados ou parcelados sem garantia.	0	0	0
875	ARE 915880	Natureza jurídica do auxílio-alimentação concedido a servidor público estadual pela Lei 794/1998 do Estado de Rondônia: se indenizatória ou remuneratória.	0	0	0

876	ARE 938891	Indenização por danos morais e materiais em razão do lapso temporal decorrido entre a publicação do Decreto 1.499/1995 e o efetivo retorno do anistiado ao serviço.	0	0	0
877	RE 938837	Submissão dos conselhos de fiscalização profissional à execução pelo regime de precatórios.	0	0	0
878	RE 864264	Legitimidade da execução na Justiça do Trabalho de bens que, a despeito de não integrarem a massa falida, pertencem a pessoa jurídica do mesmo grupo econômico de sociedade submetida a procedimento falimentar.	0	0	0
879	ARE 928167	a) Prescrição de obrigação reconhecida como de trato sucessivo; b) Reposição salarial concedida pela Lei 1.329/2000 do Município de Arvorezinha/RS e sua eventual derrogação pela Lei 1.394/2001 do mesmo município.	0	0	0
880	ARE 945271	Indenização por dano moral decorrente de responsabilidade civil extracontratual.	1	2	0
881	RE 949297	Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.	3	0	0
882	ARE 948645	Natureza da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo prevista na Lei Complementar 59/2004 do Estado de Pernambuco: <i>se geral ou propter laborem.</i>	0	0	0
883	RE 893458	Direito a férias relativas a período de participação em curso de formação de soldados da polícia militar do Estado de São Paulo.	0	2	0
884	RE 928902	Imunidade tributária recíproca em relação ao IPTU incidente sobre bens imóveis mantidos sob a propriedade fiduciária da Caixa Econômica Federal, mas que não se comunicam com o patrimônio desta, porque integrados ao Programa de Arrendamento Residencial – PAR, criado e mantido pela União, nos termos da Lei 10.188/2001.	0	0	0
885	RE 955227	Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.	0	0	0
886	RE 844252	Competência para remover ex officio servidor público municipal.	0	0	0
887	ARE 953478	Inclusão da Gratificação de Incentivo à Eficientização dos Serviços – GIEFS nas bases de cálculo do décimo terceiro salário e do adicional de férias devidos a servidor público estadual.	0	0	0
888	ARE 954408	Direito de servidores públicos abrangidos pela aposentadoria especial ao abono de permanência.	0	0	0
889	ARE 955564	Direito à correção monetária da indenização do Seguro DPVAT no período entre o advento da MP 340/2006 e a ocorrência do sinistro.	0	4	0
890	ARE 950787	Ofensa aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da propriedade e sua função social, do devido processo legal e do acesso à Justiça em decorrência de rescisão contratual.	3	0	0
891	ARE 957650	Constitucionalidade da Taxa de Serviços Administrativos - TSA prevista no art. 1º da Lei 9.960/2000.	0	0	0
892	ARE 913264	Marco prescricional para a interposição de ação para exigir contribuição sindical rural no âmbito da Justiça do Trabalho.	0	0	0
893	AI 864188	Validade do critério de cálculo da aposentadoria proporcional previsto no art. 53, I e II, da Lei 8.213/1991.	0	0	0
894	RE 848353	Aplicabilidade do princípio da anterioridade nonagesimal à contribuição ao PIS instituída pelo art. 2º da EC 17/1997.	0	0	0
895	RE 956302	Ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição na hipótese em que há óbice processual intransponível ao julgamento de mérito.	2	20	0
896	ARE 940225	Cabimento de apelação contra decisão judicial que extingue execução fiscal de pequeno valor.	0	0	0
897	RE 852475	Prescritibilidade da pretensão de resarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa.	14	0	0

898	ARE 963889	Cabimento de mandado de segurança contra decisão que julga embargos infringentes opostos em execução fiscal de pequeno valor.	0	0	0
899	RE 636886	Prescritibilidade da pretensão de resarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.	0	0	0
900	RE 964659	Possibilidade de recebimento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo por servidor público que trabalha em regime de carga horária reduzida.	0	0	0
901	RE 956304	Momento no qual deve cessar o pagamento do benefício de abono de permanência: se do protocolo do pedido de aposentadoria ou do aperfeiçoamento do ato de jubilação.	0	0	0
902	ARE 970082	Despesas processuais que compõem o preparo recursal.	0	0	0
903	RE 847429	a) Possibilidade de delegação, mediante contrato de concessão, do serviço de coleta e remoção de resíduos domiciliares; b) Natureza jurídica da remuneração do serviço de coleta e remoção de resíduos domiciliares prestado por concessionária, no que diz respeito à essencialidade e à compulsoriedade.	0	0	0
904	ARE 965627	Direito ao reajuste da verba paga aos policiais militares do Estado do Paraná em razão da prestação de serviço extraordinário, nos termos da Lei estadual 13.280/2001.	0	0	0
905	RE 973837	Constitucionalidade da inclusão e manutenção de perfil genético de condenados por crimes violentos ou por crimes hediondos em banco de dados estatal.	0	0	0
906	RE 946648	Violação ao princípio da isonomia (art. 150, II, da Constituição Federal) ante a incidência de IPI no momento do desembarque aduaneiro de produto industrializado, assim como na sua saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno.	0	0	0
907	RE 971959	Constitucionalidade do art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro.	0	0	0
908	RE 892238	Definição da natureza jurídica de parcelas pagas ao empregado, para fins de enquadramento ou não na base de cálculo de contribuição previdenciária, conforme o art. 28 da Lei 8.212/1991.	0	0	0
909	RE 959489	Preenchimento dos pressupostos necessários ao gozo da imunidade tributária recíproca pela Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA.	0	0	0
910	ARE 979764	Incidência da contribuição do salário-educação sobre a folha de salário do produtor rural pessoa física.	0	0	0
911	ARE 957842	Possibilidade de exclusão, das bases de cálculo do IRPJ e da CSL, dos créditos escriturais apurados no regime não cumulativo da contribuição ao PIS e da COFINS.	0	0	0
912	ARE 905149	Possibilidade de lei proibir o uso de máscaras em manifestações públicas.	0	0	0
913	ARE 968574	Verificação da ocorrência de reestruturação remuneratória da carreira de servidores públicos para efeito de aplicação da orientação firmada no RE 561.836-RG/RN (Tema 5).	0	0	0
914	RE 928943	Constitucionalidade da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE sobre remessas ao exterior, instituída pela Lei 10.168/2000, posteriormente alterada pela Lei 10.332/2001.	0	0	0
915	ARE 909437	Extensão, por via judicial, aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro do reajuste concedido pela Lei estadual 1.206/1987.	0	0	0
916	RE 765320	Efeitos jurídicos do contrato temporário firmado em desconformidade com o art. 37, IX, da Constituição Federal.	0	0	0
C04	Controvérsia	Salário-hora contratual de empregado que trabalha em turnos ininterruptos de revezamento.	0	0	0
C05	Controvérsia	Irrecorribilidade da decisão de admissibilidade do incidente de uniformização pelo Presidente da Turma Nacional.	0	0	0
C08	Controvérsia	Extensão, em relação aos servidores inativos, dos critérios de cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social e GDASS estabelecidos para os servidores em atividade.	0	0	0
C12	Controvérsia	Progressão funcional de empregado que retorna ao serviço por ter sido reconhecida sua condição de anistiado.	0	0	0

C17	Controvérsia	Exigência legal de apresentação de início de prova material do exercício de atividade rural, na condição de boia-fria, para fins de aposentadoria.	0	0	0
C19	Controvérsia	Extensão, aos servidores inativos, da Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas - GDIBGE.	0	0	0
C24	Controvérsia	Cômputo como horas in itinere do tempo gasto pelo trabalhador para deslocar-se da portaria até o local do registro de sua entrada na empresa.	0	0	0
C26	Controvérsia	Cerceamento de defesa em virtude da ausência de defensor e perito técnico especializado para concessão/restabelecimento de benefício previdenciário, em ação ajuizada perante juizado especial.	0	0	0
C33	Controvérsia	Responsabilidade civil do Estado por danos morais decorrentes de prisão indevida.	23	0	0
C42	Controvérsia	Exigência de reserva de plenário para afastar a incidência da aplicação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97 nas ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.	39	0	0
C44	Controvérsia	Pedido de compensação de tributos com créditos de precatório, formulado antes da edição da EC nº 62/2009, nos termos do art. 78, § 2º, do ADCT.	72	0	0
C46	Controvérsia	Aplicação de índice negativo de correção monetária na atualização de valores previdenciários pagos em atraso.	0	0	0
C51	Controvérsia	Complementação de indenização do Seguro Obrigatório - DPVAT cujo valor foi estipulado por resolução administrativa.	0	0	0
C52	Controvérsia	Marco inicial do prazo prescricional do direito à multa de 40% do FGTS em razão de aposentadoria espontânea.	0	0	0
C53	Controvérsia	Cômputo do tempo de serviço prestado em funções de magistério diversas da docência, para fins de aposentadoria especial.	118	0	0
C55	Controvérsia	Supressão de vantagens e exclusão do regime previdenciário de notários e registradores que ingressaram no setor público antes da Constituição de 1988.	0	0	0
C56	Controvérsia	Cobrança da contribuição ao PIS nos moldes da LC 7/70 aos fatos geradores ocorridos entre outubro/95 e fevereiro/96.	0	0	0
C57	Controvérsia	Dever do Estado de fornecer fraldas descartáveis a pessoa com doença grave que não possui condições financeiras para adquiri-las.	4	0	0
C59	Controvérsia	Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação que discute verbas trabalhistas, referentes a período regido pela CLT, supostamente devidas a empregados públicos que migraram, posteriormente, para o regime estatutário.	0	0	0
C62	Controvérsia	Definição do indexador do adicional de insalubridade do servidor público ante a omissão legislativa.	6	0	0
C66	Controvérsia	Limites objetivos da coisa julgada acerca da incidência de juros de mora em precatório complementar.	7	0	0
C71	Controvérsia	Determinação de pagamento administrativo das parcelas de benefício previdenciário vencidas após o ajuizamento da ação (complemento positivo).	0	0	0
C76	Controvérsia	Constitucionalidade de contribuição ao PIS com base em reedição de Medida Provisória e termo inicial da anterioridade nonagesimal	0	0	0
C78	Controvérsia	Submissão de Empresa Pública/Sociedade de Economia Mista ao regime de precatório.	0	0	0
C79	Controvérsia	Recolhimento da COFINS com base na nova sistemática da EC 20/98.	0	0	0
C82	Controvérsia	Extinção do processo por ausência de interesse processual, consubstanciado na inexistência de efeito financeiro referente ao pagamento da URP de 3,77%.	0	0	0
C83	Controvérsia	Criação, por fator previdenciário, de critério etário diferenciado para o cálculo da renda mensal de benefícios previdenciários de segurados que se encontram nas mesmas condições.	0	0	0
C85	Controvérsia	Índice de correção monetária a ser aplicado aos depósitos na conta do FGTS, em razão de expurgos inflacionários gerados por Planos Econômicos	0	0	0

GR1	Representativo encaminhado	Associação - Legitimidade - Liquidação - Execução coletiva - Nome Associado	48	0	0
IRDR1	IRDR 2059683-75.2016.8.26.0000	<p>Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) - Fundo Garantidor de Crédito (FGC) - Majoração do limite máximo da garantia no período verificado entre a decretação da intervenção e a decretação da liquidação extrajudicial de instituição financeira associada ao fundo - Depositantes e investidores que receberam as garantias após o ato de majoração do limite, mas com base no teto pretérito - Discussão sobre o direito desses personagens a que o resgate se faça tendo como referência o novo valor máximo da garantia - Litígio travado em inúmeras ações em tramitação no Estado de São Paulo - Tema de ordem exclusivamente jurídica e alvo de acentuada dissensão na jurisprudência desta Corte - Requisitos do art. 976 do CPC atendidos - Incidente admitido, também para efeito de suspensão dos processos em tramitação em todos os juízos vinculados a este tribunal e que versem sobre o assunto - Ressalva das situações urgentes, cuja solução tocará ao juízo da causa ou do correspondente recurso (art. 982 e §§).</p> <p>Incidente admitido, a tanto afetada a apelação registrada sob nº 1116020-63.2014.8.26.0100.</p> <p>{dispositivos considerados pelas partes como pertinentes para a análise da questão: pelo suscitante - CDC, arts. 4º, 6º, III, IV, V e VI, 30, 37 e §§ 1º e 3º, 39, 47, 51 e 54, § 2º (Súmula 297 do STJ); CC, arts. 315, 322 e 423; e Resolução BACEN (CMN) 4.222/13; pelo suscitado - CF, art. 5º, "caput" e inciso XXXVI; LINDB, art. 6º; Lei 6.024/74, art. 6º, letra "c", e art. 15, I e II; Anexo I da Resolução BACEN (CMN) 4.087/12, arts. 3º, I, 10; Resoluções BACEN (CMN) 2.211/95 E 3.251/04}</p>	2	0	0
IRDR2	IRDR 0038758-92.2016.8.26.0000	ADMISSIBILIDADE EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Serviço Auxiliar Voluntário da Polícia Militar. Soldado Temporário. Pedido de direitos remuneratórios e previdenciários do contratado. Constatação de decisões conflitantes nesta Corte, proferidas em expressivo número de ações de idêntico conteúdo. Reconhecimento do risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. Incidente admitido.	19	0	2
IRDR3	IRDR 2121567-08.2016.8.26.0000	IRDR Pretensão de uniformização de jurisprudência desta corte acerca da possibilidade ou não, de ajuizamento de ação de prestação de contas por correntista 'sem o indicativo dos lançamentos reputados indevidos e/ou duvidosos, isto é, pedido genérico de prestação de contas Tema de ordem exclusivamente jurídica e alvo de acentuada divergência na jurisprudência desta Corte - Requisitos de admissibilidade do incidente preenchidos na hipótese presente Determinação de retorno dos autos digitais à Relatora, para as providências do art. 982, do CPC - Incidente admitido, a tanto afetada a apelação registrada sob nº 1025498-87.2014.8.26.0100.	11	0	0

Obs.: Os processos anotados no tema nº 264 podem conter ainda recursos suspensos aguardando o julgamento dos temas 265, 284 e 285.